



**GOVERNO FEDERAL
MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE**

2ª Reunião da Câmara Técnica de Educação Ambiental e Desenvolvimento Sustentável - CTEA

Brasília/DF.
08 de Novembro de 2017.

(Transcrição *ipsis verbis*)
Empresa ProixL Estenotipia

1 **A SR^a. ADRIANA SOBRAL BARBOSA MANDARINO (DConama)** – Então,
2 bom dia. Eu acho que a gente já pode começar. Temos quórum. Um, dois, três,
3 quatro, cinco, seis componentes na Câmara, a Câmara tem dez componentes.
4 O meu nome é Adriana Mandarino, eu sou Diretora do Departamento de Apoio
5 ao CONAMA. Eu acho que a gente pode começar fazendo uma rodada de
6 apresentação já que essa é a primeira vez que essa Câmara Técnica se reúne
7 depois de longos anos. Não tenho aqui em mãos desde quando, mas
8 realmente essa Câmara estava sem pauta deliberativa pra ela. Então, por isso
9 não se reunia. Então, eu acho que a gente começa fazendo uma rodada de
10 apresentações.

11
12
13 **A SR^a. RENATA ROZENDO MARANHÃO (MMA)** – Bom dia. Eu sou Renata
14 Rozendo Maranhão, sou Diretora de Educação Ambiental do Ministério do Meio
15 Ambiente.

16
17
18 **A SR^a. JANE FÁTIMA FONTENELES FONTANA (MEC)** – Bom dia. Jane
19 Fontana, Ministério da Educação.

20
21
22 **O SR. HÉLIO VANDERLEI COELHO FILHO (Anamma Nacional)** – Bom dia.
23 Hélio Vanderlei, Diretor de Educação Ambiental da Anamma Nacional, e
24 Subsecretário de Meio Ambiente da cidade de Nova Iguaçu, Região
25 Metropolitana do Rio de Janeiro.

26
27
28 **O SR. MÁRIO HENRIQUES SALADINI (CNC)** – Bom dia. Mário Saladini,
29 representando a Confederação Nacional do Comércio.

30
31
32 **A SR^a. VALDINETE PAES SILVA DE JESUS (Semarh/SE)** – Bom dia. Eu sou
33 a Valdinete Paes, eu estou representando a Secretaria de Estado de Meio
34 Ambiente de Sergipe.

35
36
37 **O SR. GILBERTO ZEMBRANI JÚNIOR (GEBIO)** – Bom dia. Meu nome é
38 Gilberto. Represento o Grupo de Estudos e Proteção da Biodiversidade do
39 Mato Grosso do Sul.

40
41
42 **O SR. JOÃO LUÍS FERNANDINO FERREIRA (DConama)** – Bom dia. Meu
43 nome é João Luís, eu trabalho aqui no Departamento de Apoio ao CONAMA.
44 Eu sou responsável pela Câmara Técnica no Departamento.

45
46
47 **O SR. HENRIQUE DINIZ GEBRIM (DConama)** – Bom dia. Meu nome é
48 Henrique, sou do Departamento de Apoio ao CONAMA.

50

51 **A SR^a. ADRIANA SOBRAL BARBOSA MANDARINO (DConama)** – Então,
52 bem vindos. Eu vou fazer uma contextualização inicial, e depois a gente já
53 entra no primeiro ponto de pauta. Primeiro assim, a gente sempre grava essas
54 reuniões, elas são as reuniões de Câmara Técnica de Plenário do CONAMA
55 são sempre gravadas, porque tem sempre uma transcrição, que isso nos dá
56 segurança dos debates acontecidos, das votações e etc.. Então, é um registro
57 de tudo que realmente foi falado, de como ficou. Então, por isso a cada
58 momento em que vocês usarem o microfone, a gente sempre pede que se
59 identifiquem, porque a menina que está ali atrás faz o registro via estenotipia, e
60 isso depois é publicado no nosso site toda a transcrição da reunião. Na
61 composição da Câmara Técnica, essa nós temos uma paridade dos
62 seguimentos do CONAMA, são dois componentes por segmento. O Governo
63 Federal, os Governos Estaduais e Municipais, Setor Empresarial e Sociedade
64 Civil. E nessa composição a cada dois anos os segmentos são chamados a
65 renovar a sua composição. Isso vai acontecer no ano de 2018 e essa
66 renovação ela é sempre descasada com a renovação das ONGs eleitas pelo
67 CPCNEA, que tiveram a sua eleição no ano finalzinho de 2016 e tem o seu
68 primeiro ano de mandato em 2017. Então, o Departamento de Apoio vai
69 chamar todos os segmentos para manterem, ou modificarem os seus membros
70 na Câmara Técnica no começo do ano que vem e aí fica a critério de cada
71 segmento a alteração que quiser fazer. Diante disso, como essa Câmara não
72 se reunia há muito tempo, a gente precisava colocar como primeiro de pauta,
73 eleição de presidente e vice dessa Câmara Técnica, que é como a gente
74 começa o assunto hoje. Então, eu estou fazendo essa explanação para dizer
75 que essa eleição que em outras Câmaras Técnicas com pauta deliberativa já
76 aconteceu há muito tempo, a gente vai fazer uma decisão no finzinho de 2017,
77 mas no começo de 2018, tendo pauta e essa Câmara se reunindo, isso terá
78 que acontecer novamente. Então, no fundo é um presidente pra esta reunião
79 na prática, porque em 2018 a gente tem que fazer novamente essa votação.
80 Claro que nada impede que a mesma pessoa se candidate novamente, e que a
81 Câmara só ratifique o nome, isso para nós não tem o menor problema. O
82 Presidente e vice podem ser reconduzidos em tantos biênios quanto à Câmara
83 desejar, não tem nenhum impedimento pra isso. O Regimento Interno do
84 CONAMA coloca que esse Presidente, não o vice, mas o Presidente tem que
85 ser Conselheiro, por que isso? Porque é um Presidente que vai atuar
86 diretamente com o Departamento de Apoio ao CONAMA, convocando
87 reuniões, estabelecendo a pauta, vendo uma série de resultados, vendo uma
88 série de questões que têm um cunho um pouco mais administrativo. Então, por
89 isso não pode ser simplesmente um membro. O Conselheiro ele é indicado
90 pela instância maior daquela entidade. Pode ser o Ministro, se for alguém
91 ligado ao Governo Federal; pode ser o Presidente, ou um Conselho
92 Deliberativo da sua entidade. Então, tem uma formalidade um pouquinho maior. O
93 membro da Câmara Técnica ele pode ser indicado pelo Conselheiro. Então, é
94 uma coisa um pouco mais flexível e muda mais. Então, assim diante dessa
95 explicação inicial e nós temos uma pauta um pouco longa pra uma Câmara que
96 não se reunia, tem bastante discussão, eu tô aproveitando pra falar todas as
97 coisas iniciais agora. Depois, feita essa primeira parte, eu volto lá para a minha
98 sala e vocês têm a reunião conduzida aqui com o apoio do João e do Henrique,

99 e qualquer coisa a sala da gente é aqui do lado, eu volto. Mas, uma primeira
100 coisa que eu queria também assim, eu comentei muito com a Renata que foi
101 quem puxou essa primeira reunião em nome do Ministério, as Câmaras não se
102 reúnem pra debater assuntos simplesmente, pelo Regimento, as Câmaras têm
103 uma atribuição que é de avaliação de minutas, e as minutas são minutas de
104 Resolução, recomendação, moção ou proposição. Proposição é um ato que o
105 CONAMA usa muito pouco, mas às vezes o CONAMA manda alguma coisa
106 para o Congresso Nacional. Então, é por meio de proposição. A resolução é
107 um Ato Normativo, tem força de Lei, não é juridicamente não é exatamente
108 força de Lei, mas enfim, é uma norma infra legal que se dispõe a estabelecer
109 parâmetros e critérios pra qualidade do meio ambiente. Então, é um
110 detalhamento técnico, e com força impositiva pra todo Sistema Nacional de
111 Meio Ambiente. Então, o que a gente mais faz são Resoluções. As
112 recomendações elas são usadas com o caráter mais de uma orientação. Então,
113 por exemplo, muita coisa de Unidades de Conservação, ou então, de Plano
114 Nacional de Saneamento Básico. O CONAMA foi chamado a opinar, esse
115 plano era de outro Ministério, de outra instância, mas nós recomendamos,
116 fizemos isso em forma de recomendação. Então, eu estou fazendo essa
117 colocação geral só para esclarecer que o fato dessa Câmara Técnica tá
118 reunida hoje, é porque tem um ponto que é deliberativo, que é uma questão
119 que é o do Decreto da Política Nacional de Educação Ambiental, e é uma
120 atribuição legal que dá autonomia para esta Câmara indicar um representante.
121 Normalmente os representantes são indicados pelo Plenário do CONAMA,
122 porque eles falam em nome do Conselho. Só que nesse caso o Decreto
123 estabeleceu que era a CTEA que fazia isso. Então, ela tem esse ponto de
124 pauta, que é deliberativo, e o restante é mais uma discussão e um informe, e
125 uma troca de ideias. Então, desculpem se eu estou atropelando um pouco, mas
126 eu estou já colocando todo o panorama no qual vocês vão trabalhar. Mais
127 pessoas tinham confirmado presença, mas na medida em que não vieram
128 ainda, talvez seja o caso de vocês virem para frente e nós remanejamos os
129 primas para poder começar a reunião. Então, eu abro geral a palavra para
130 quem quiser se inscrever. Estamos numa situação genérica. Então, como eu
131 coloquei várias coisas, eu queria abrir para manifestações.

132
133

134 **A SR^a. RENATA ROZENDO MARANHÃO (MMA)** – Deixa eu só colocar assim,
135 a gente, como Ministério, a gente chamou essa Câmara Técnica por considerar
136 essa instância do CONAMA estratégica para regulamentação de diversas
137 questões relacionadas à Educação Ambiental, por exemplo, a gente tem um
138 Programa Nacional de Educação Ambiental, uma política que têm vários
139 aspectos que podem culminar em uma Resolução, em uma recomendação do
140 CONAMA que facilite, que apoie os Estados e municípios, e aí o nosso
141 Secretário Edson Duarte, sob demanda também de alguns representantes que
142 compunham essa Câmara anteriormente, solicitou essa reunião. Só a título de
143 histórico, essa Câmara, ela já elaborou uma Resolução do CONAMA nº 422,
144 em 2010, que ela estabelece diretrizes de campanhas, ações e projetos de
145 educação ambiental. Aí em 2011 foram feitas duas recomendações, uma que
146 estabelece diretrizes para o Centro de Educação Ambiental e a outra que
147 recomenda adoção de ações de sustentabilidade na Administração Pública no

148 âmbito do projeto A3P. Então, em 2011 tiveram duas recomendações, a nº 11
149 e a 12. E em 2012, que deve ter sido o último ano que essa Câmara se reuniu,
150 teve uma recomendação associada ao Programa de Educação Ambiental e
151 Comunicação em Unidades de Conservação, onde recomenda que as
152 Unidades de Conservação adotem, desenvolvam ações de Educação
153 Ambiental e Comunicação nos seus territórios. Então, esse é o histórico assim
154 de Resolução e recomendações do CONAMA relacionados a Educação
155 Ambiental. Então, nesse sentido, eu acho que aqui é uma oportunidade nesse
156 primeiro momento, como a Adriana colocou da gente discutir algumas questões
157 que estão em pauta e que o Conama pode fortalecer, e também já vislumbrar
158 algumas possibilidades aí de recomendações e resoluções que algum membro
159 pode propor para que nós avaliemos aí em outras reuniões.

160

161

162 **O SR. GILBERTO ZEMBRANI JÚNIOR (GEBIO)** – Gilberto, Grupo de Estudos
163 e Proteção de Biodiversidade. Então, resumindo, a provocação da Câmara, ela
164 tem que vir pelo Plenário? Não?

165

166

167 **A SR^a. ADRIANA SOBRAL BARBOSA MANDARINO (DConama)** – Então,
168 esclarecendo. Adriana, DConama. Esclarecendo. Qualquer Conselheiro pode
169 propor Minuta de Resolução, ou de recomendação. Então, normalmente, aí tem
170 o rito de tramitação da matéria no CONAMA. O Conselheiro propõe, a gente
171 pede manifestação do Ministério das vinculadas sobre aquele tema. Então,
172 IBAMA, ICMBio, ou Serviço Florestal, raramente a ANA, porque a ANA tem
173 uma questão de recursos hídricos e tem outro Conselho, é outra competência.
174 Passa pelo CIPAM, que é o Comitê, eu sempre esqueço o nome, Comitê de
175 Políticas Ambientais, de integração, eu penso Inter federativo, Comitê de
176 Integração de Políticas Ambientais que faz uma apreciação muito preliminar só
177 para ver se a matéria é competência do CONAMA e se é pertinente àquela
178 matéria. Às vezes, a matéria não é competência do CONAMA, porque a
179 competência é muito restrita, quer dizer, não é exatamente restrita, mas na Lei
180 6938, da Política Nacional do Meio Ambiente diz lá qual é a competência nossa
181 em geral são parâmetros e critérios para a qualidade do meio ambiente. Tudo
182 está dentro desse leque. Passa pelo CIPAM e aí passa por uma Câmara de
183 Mérito, que pode ser licenciamento ambiental, educação ambiental, qualidade
184 ambiental e resíduos, florestas, biodiversidade e unidades de conservação,
185 basicamente essas. Passada pela Câmara de Mérito, vai para uma Câmara de
186 Assuntos Jurídicos e aí vai para o Plenário. Então, tem essa tramitação.

187

188

189 **O SR. GILBERTO ZEMBRANI JÚNIOR (GEBIO)** – Perfeito.

190

191

192 **A SR^a. ADRIANA SOBRAL BARBOSA MANDARINO (DConama)** – Qual é a
193 intenção do Ministério assim? Explicitando mais o que a Renata colocou, que
194 essa reunião e essa Câmara possa, a partir daqui, suscitar os Conselheiros e
195 os membros da Câmara para que demandem os seus Conselheiros, para que
196 apresentem Minutas de Resolução. Por que parou de 2012 para cá? Nós

197 estamos em 2017, cinco anos. Porque não tinha uma questão claramente
198 colocada para se discutir nessa área, e não é falta de assunto, a gente sabe
199 que a Área Ambiental de Educação tem muito assunto. Mas, transformar um
200 assunto em uma Minuta de Resolução também não é uma coisa tão simples, a
201 gente sabe disso, mas é esse o desafio que está colocado. Em sendo assim,
202 pré-candidatos. A gente queria saber assim, quem é que se..., quais os nomes
203 e quais as pessoas que se colocariam disponíveis para essa tarefa?
204 Lembrando que tem essa questão regimental que é a única colocada, teria que
205 ser Conselheiro para Presidente, para vice qualquer membro.

206
207

208 **A SR^a. JANE FÁTIMA FONTENELES FONTANA (MEC)** – Então Jane, me
209 apresento como possível candidata pra Presidência da Câmara.

210
211

212 **A SR^a. ADRIANA SOBRAL BARBOSA MANDARINO (DConama)** – Agradeço
213 Jane, a disponibilização do seu nome.

214
215

216 **O SR. GILBERTO ZEMBRANI JÚNIOR (GEBIO)** – Gilberto. Eu me coloco a
217 disposição para vice-presidência, como não sou Conselheiro, não é?

218
219

220 **A SR^a. ADRIANA SOBRAL BARBOSA MANDARINO (DConama)** – Eu me
221 esqueci o seu nome, me fala.

222
223

224 **A SR^a. VALDINETE PAES SILVA DE JESUS (Semarh/SE)** – Valdinete.

225
226

227 **A SR^a. ADRIANA SOBRAL BARBOSA MANDARINO (DConama)** – Valdinete,
228 tá. Sergipe. Uai Valdinete, tem um monte de gente que vai fazer o teu.

229
230

231 **O SR. HÉLIO VANDERLEI COELHO FILHO (Anamma Nacional)** – Hélio
232 Vanderlei, Anamma. Eu acho que por esse intervalo de tempo que a Câmara
233 não se reuniu, eu acho que tem alguns pontos importantes para talvez serem
234 resgatados ok pelo Ministério do Meio Ambiente para dar uma melhor visão
235 para os novos Conselheiros. Confesso que depois de 10 anos afastado do
236 órgão gestor, acho que muita coisa aconteceu e claro que me sinto um pouco
237 iniciando esse processo. A Anamma gostaria muito de compor, mas eu prefiro
238 aguardar o desdobramento, isso no próximo ano e a gente faz uma nova
239 avaliação do presidente e do vice-presidente eleito hoje.

240
241

242 **A SR^a. VALDINETE PAES SILVA DE JESUS (Semarh/SE)** – Pronto! Agora,
243 agora está ok. Então, Valdinete, Secretaria de Estado de Meio Ambiente de
244 Sergipe. Eu estou muito feliz de participar da Câmara Técnica, pra mim é uma
245 honra estar contribuindo nesse nível com a questão ambiental. No momento

246 não acho prudente me colocar como Presidente, ou vice-presidente, uma vez
247 que pra mim é algo novo e gostaria de me apropriar. Então, eu espero e quero
248 contribuir o máximo possível, mas não nesse nível de Presidência e vice-
249 presidência. Eu não me acho ainda preparada, uma vez que eu estou me
250 apropriando agora. Eu acho interessante e pertinente esse resgate do que já foi
251 feito, né, e dar essa continuidade e trazer novas propostas para o trabalho, né,
252 para ter mais efetividade.

253

254

255 **O SR. MÁRIO HENRIQUES SALADINI (CNC)** – Mário, CNC. Eu ainda estou
256 me inteirando sobre alguns assuntos, né, a gente, principalmente no Sesc, eu
257 sou Sesc, mas representando todo o sistema, os interesses do comércio, né? A
258 gente já vem fazendo um trabalho de educação ambiental transversal no Sesc
259 e estamos estruturando diretrizes, princípios. Então, um trabalho que está
260 envolvendo aí bastante esforços e pessoas nesse sentido. E eu acho que é
261 uma oportunidade inclusive da gente alinhar as ações do Sesc, do Senac e da
262 CNC às políticas públicas, ao ProNEA, a PNEA e na medida do possível a
263 gente dar a nossa contribuição aqui sempre em defesa dos interesses do
264 comércio. E não me sinto confortável em me candidatar seja para presidente,
265 ou vice-presidente nesse momento. Eu acho que a gente precisa avançar um
266 pouco nos trabalhos para entender melhor qual vai ser o objetivo da Câmara.

267

268

269 **A SR^a. RENATA ROZENDO MARANHÃO (MMA)** – Eu me sinto assim,
270 representada com a titularidade do Ministério da Educação, que a gente
271 compõe o Órgão Gestor da Política. Então, a gente trabalho muito
272 conjuntamente. Eu acho que ter um suplente da Sociedade Civil vai enriquecer
273 bastante aí esses diversos olhares do Governo e sociedade. Então, eu sou a
274 favor também dessa candidatura, dessas, né.

275

276

277 **A SR^a. ADRIANA SOBRAL BARBOSA MANDARINO (DConama)** – Bom,
278 então, por aclamação, né, eleita a Jane, Presidente da Câmara, é bom
279 trabalhar com o MEC, porque efetivamente está junto aqui com o Ministério
280 nessa questão da educação ambiental e tem a titularidade de educação em si,
281 né, da questão e a Sociedade Civil de vice é uma dobradinha que tem
282 acontecido em várias Câmaras já algum tempo. Isso a gente acha que é muito
283 interessante, porque enriquece, ajuda; ao mesmo tempo que o fato da gente ter
284 alguém governamental na questão da Presidência, também é uma questão um
285 pouco pertinente, porque é isso que eu coloquei há um tempo atrás, é uma
286 questão que demanda esse olhar um pouco administrativo operacional, ao
287 mesmo tempo em que está à frente de uma questão. Então, bem-vindos, que
288 bom. E já vou, então, pedir para a Jane vir para cá no meu lugar junto com a
289 Renata, você já muda, junto com a Renata e com o João Luís, que você vai
290 conduzir a reunião. A minha tarefa acaba aqui. *(Risos!)*.

291

292

293 **A SR^a. JANE FÁTIMA FONTENELES FONTANA (MEC)** – Então, a gente já
294 está no terceiro ponto da nossa pauta de hoje, né. Esse breve histórico que a

295 Renata apresentou com a Adriana. Fizemos a escolha, então, da nossa
296 representação para essa reunião. E o que a Adriana colocou que provocou a
297 chamada para esta reunião, que é o nosso ponto deliberativo, é essa indicação
298 de um representante do Conselho no Comitê Assessor da Política Nacional de
299 Educação Ambiental. A gente trouxe ali o art. 4º do Decreto que regulamenta a
300 Lei, que diz: fica criado o Comitê Assessor com o objetivo de assessorar o
301 órgão gestor integrado por um representante dos seguintes órgãos. E aí nesse
302 artigo a gente tem a relação das instituições que compõem o Comitê Assessor,
303 e uma das instituições é o CONAMA. Eu não me lembro agora quem esteve
304 representando o CONAMA nas nossas últimas reuniões. Você lembra Renata?

305

306

307 **A SRª. RENATA ROZENDO MARANHÃO (MMA)** – Em todas as reuniões era
308 a Maria José, não sei se vocês conhecem, do Ceará, ela representou o
309 CONAMA durante muitos anos, mas há um tempo ela saiu, não foi nem do
310 CONAMA, foi da Secretaria Estadual de Meio Ambiente.

311

312

313 **A SRª. JANE FÁTIMA FONTENELES FONTANA (MEC)** – Ela era da SEMA?

314

315

316 **A SRª. RENATA ROZENDO MARANHÃO (MMA)** – Ela era da Secretaria
317 Estadual de Meio Ambiente do Ceará.

318

319

320 **A SRª. JANE FÁTIMA FONTENELES FONTANA (MEC)** – Então, este ano nós
321 não tivemos nenhuma reunião ainda, né? Do Comitê Assessor. Tivemos em
322 setembro. Isso, em setembro tivemos a reunião desse ano. E partimos, então,
323 agora. Eu vou abrir para os presentes se manifestarem, eu não sei se vocês
324 querem que a gente fale um pouquinho sobre o que é o Comitê Assessor.
325 Historicamente a gente manteve uma rotina de duas reuniões anuais nos anos
326 em que a gente teve dificuldades para custear os deslocamentos de quem era
327 de fora de Brasília, nós fizemos reuniões virtuais, fizemos algumas assim.
328 Então, e às vezes a gente aproveita algumas oportunidades de encontros, ou
329 de eventos que a gente realiza, como foi o caso do Fórum Brasileiro de
330 Educação Ambiental, que aconteceu em setembro em Santa Catarina, e a
331 gente já convoca uma reunião nessa oportunidade em que costuma reunir a
332 maioria dos representantes, ou das instituições que atuam na educação
333 ambiental. Então, está de setembro, a Renata conduziu com o professor Felipe,
334 que é o coordenador de educação ambiental do Ministério da Educação. Nós,
335 no Fórum Brasileiro, costumamos ter várias agendas, muitas reuniões e nessa
336 especificamente, eu estava conduzindo uma outra atividade. Então, não
337 participei da reunião do Comitê Assessor. E nas reuniões do Comitê Assessor,
338 a gente acostuma dialogar sobre as ações que estão em andamento
339 conduzidas, ou induzidas pelos dois órgãos. Nessa reunião de setembro, eu
340 acho que a Renata vai falar um pouquinho sobre ela, além de ter sido a última,
341 foi a que traz também um outro ponto que a gente traz lá nos informes, não sei
342 se a gente já fala um pouco sobre isso Renata, sobre a discussão do ProNEA,
343 a Consulta Pública. Isso, mas nessa reunião a gente conversou sobre isso

344 também, né, na pauta do Comitê Assessor. Então, eu vou passar para a
345 Renata falar um pouquinho aí sobre a última reunião do Comitê Assessor e
346 sobre essa importância da gente ter a representação do CONAMA lá.

347

348

349 **A SR^a. RENATA ROZENDO MARANHÃO (MMA)** – O Comitê Assessor, ele é
350 uma instância criada para auxiliar e assessorar o órgão gestor, que é composto
351 pelo Ministério do Meio Ambiente e MEC, ele é composto por treze instituições,
352 eu vou até falar rapidamente quais são: um representante das Comissões
353 Estaduais Interinstitucionais de Educação Ambiental; um do Setor Produtivo
354 Patronal indicado pelas Confederações Nacionais da Indústria, Comércio e da
355 Agricultura, garantida uma alternância. Então, é até interessante aqui a sua
356 presença, né, em geral é a CNI que tem representado a Priscila, não sei se
357 você conhece, mas nós vamos solicitar aí uma alternância e atualizar esses
358 membros. Também por um representante da Bong, outro da OAB, um da
359 Anamma, SBPC, Câmara Técnica de Educação Ambiental do CONAMA, CNE,
360 Undime, IBAMA e Chico Mendes agora, porque na época não tinha Chico
361 Mendes, né, na época da política, ABI e ABEMA. Então, são essas as..., a
362 gente ver que tem algumas semelhanças com as Confederações e a Anamma.
363 E o que a gente percebe nesse Comitê Assessor é que grande parte das
364 representações, elas não necessariamente tem essa interface com a educação
365 ambiental, por exemplo, você está aqui participando, você está como
366 presidente de uma Diretoria de Educação Ambiental, você está contribuindo as
367 Diretrizes de Educação Ambiental do Sesc. Então, normalmente essas
368 representações não têm tido essa interface tão direcionada com a educação
369 ambiental. Então, é até interessante vocês dialogarem com esses
370 representantes para ver como a gente traz mais essa representatividade
371 dessas instâncias na Assessoria do Comitê Assessor. Então, a participação do
372 CONAMA, ela vai ser estratégica até para que esse Comitê Assessor, junto
373 com o órgão gestor, possa pensar em Resoluções e recomendações, e chegar
374 nessa Câmara Técnica com algo mais elaborado. Então, a gente estava
375 sentindo falta a tempos dessa representação no CONAMA, mas como não
376 tinha uma outra pauta, a gente não conseguiu viabilizar aí essa indicação. E o
377 Comitê Assessor, ele foi institucionalizado pela Política Nacional de Educação
378 Ambiental, e ele tem como atribuições, eu vou falar aqui rapidamente,
379 assessorar o órgão gestor, estabelecer diretrizes, contribuir com as políticas
380 públicas. Então, é uma instância bem importante e estratégica. É isso? Aí
381 nessa última reunião o foco foi a Consulta Pública do Programa Nacional de
382 Educação Ambiental e o Comitê Assessor ele também ajudou em toda a
383 mobilização dessa Consulta Pública envolvendo Estados, Sociedade Civil,
384 redes e a gente historicamente também traz alguns convidados por reconhecer
385 essa lacuna dessas instâncias mais ligadas ao campo da educação ambiental,
386 a gente traz como convidados a Rede Brasileira de Educação Ambiental, a
387 Rede Universitária de Educação Ambiental, a REJUMA, que é a Rede de
388 Juventude de Educação Ambiental, e a FBOMS. Foram algumas instituições
389 que consideramos aí estratégicas para trazer mais o olhar do campo da
390 educação ambiental.

391

392

393 **O SR. MÁRIO HENRIQUES SALADINI (CNC)** – O setor empresarial, ele só
394 está representando pela CNI, ou tem outras entidades?
395

396

397

A SR^a. RENATA ROZENDO MARANHÃO (MMA) – A gente convida as três
398 confederações, por mais que o Decreto institua que têm que ser em Regime de
399 Rotatividade, a gente tem convidado às três confederações, mas normalmente
400 a participação é a CNI.

401

402

O SR. MÁRIO HENRIQUES SALADINI (CNC) – Não houve nenhuma
403 indicação por parte da CNC, então?
404

405

406

A SR^a. RENATA ROZENDO MARANHÃO (MMA) – Que eu me recordo não.
407

408

409

O SR. MÁRIO HENRIQUES SALADINI (CNC) – Para o Comitê Gestor?
410

411

412

A SR^a. RENATA ROZENDO MARANHÃO (MMA) – Mas, a gente pode mandar
413 um ofício solicitando essa indicação e aí com cópia para você.
414

415

416

O SR. MÁRIO HENRIQUES SALADINI (CNC) – Eu acho interessante.
417

418

419

O SR. HÉLIO VANDERLEI COELHO FILHO (Anamma Nacional) – Renata,
420 Hélio Vanderlei, Anamma. Uma observação. O órgão gestor tem se reunido?
421

422

423

A SR^a. RENATA ROZENDO MARANHÃO (MMA) – Sim. A gente se reúne
424 praticamente semanalmente assim, a gente tem... Agora, tá o Felipe na
425 Coordenação-Geral de Educação Ambiental e temas transversais, a Jane
426 fazendo parte da equipe e a gente está com muitas agendas conjuntas, e
427 temos se reunido, principalmente para tratar de temas específicos como a Jane
428 vai falar da Conferência Infante-Juvenil pelo Meio Ambiente, a própria
429 realização do Fórum Brasileiro de Educação Ambiental. Grande parte dessas
430 pautas, que estão aqui como informes, é um trabalho conjunto do órgão gestor.
431 Então, a gente tem se reunido com frequência.
432

433

434

A SR^a. JANE FÁTIMA FONTENELES FONTANA (MEC) – Então, mais algum
435 esclarecimento que vocês precisem sobre o Comitê Assessor, sobre essa
436 representação? A nossa intenção é que aqui da Câmara Técnica a gente tenha
437 essa indicação de titular e suplente para que na próxima reunião do Comitê
438 Assessor, a gente já conte com essa participação. Muito provavelmente não
439 sabemos se teremos condições de fazer uma reunião presencial ainda este
440

441 ano, mas muito provavelmente até o final do ano uma virtual certamente deve
442 acontecer.

443

444

445 **O SR. GILBERTO ZEMBRANI JÚNIOR (GEBIO)** – Gilberto, GEBIO. Eu acho
446 que de momento, eu acho que pelo menos falando de mim, eu não consigo me
447 candidatar para isso. Mas, se tivermos algum tempo hábil, eu posso consultar
448 os meus suplentes para ver se eles têm interesse, se ninguém aqui mais
449 quiser.

450

451

452 **A SR^a. VALDINETE PAES SILVA DE JESUS (Semarh/SE)** – Valdinete,
453 Secretaria de Estado de Sergipe. Eu tenho interesse, já começar trabalhando,
454 né? Eu tenho interesse em participar como titular, ou suplente. A gente tem
455 interesse.

456

457

458 **O SR. HÉLIO VANDERLEI COELHO FILHO (Anamma Nacional)** – Anamma,
459 Hélio Vanderlei. Eu acho que poderíamos fazer uma dobradinha, né? Eu
460 também tenho interesse, o Estado e Município de uma forma bem colaborativa,
461 também para mim também não tem problema titular ou suplente. Ok?

462

463

464 **A SR^a. JANE FÁTIMA FONTENELES FONTANA (MEC)** – A gente precisa,
465 que bom que temos três candidaturas. Mas, aí não sei como é essa consulta
466 que o Gilberto teria que fazer, eu acho que considerando que temos... Diga,
467 Gilberto.

468

469

470 **O SR. GILBERTO ZEMBRANI JÚNIOR (GEBIO)** – Não, como temos aqui
471 pessoas dispostas, eu acredito que a preferência deva ser para quem está
472 presente, né? Então, já retiro essa candidatura.

473

474

475 **A SR^a. JANE FÁTIMA FONTENELES FONTANA (MEC)** – Então, vamos só
476 Valdinete e Hélio quem se propõe a assumir como titular, suplente.

477

478

479 **O SR. HÉLIO VANDERLEI COELHO FILHO (Anamma Nacional)** – Olha eu
480 acho que você pode ser a titular, não tem nenhum problema, eu sou o teu
481 suplente, a gente pode trabalhar de forma colaborativa, e quem não puder, a
482 gente reversa. Ok? Isso é uma questão mesmo de titularidade. Tudo bem? Ok.

483

484

485 **A SR^a. JANE FÁTIMA FONTENELES FONTANA (MEC)** – Protocolarmente
486 vocês acham necessidade..., precisamos votar? Eu acho que estamos de
487 acordo com essa proposição? Valdinete, então, representante da Câmara
488 Técnica indicada pela Câmara Técnica representando o CONAMA lá no Comitê
489 Assessor do Órgão Gestor, e Hélio suplente. Então, uma representação do

490 Governo Estadual e dos Municípios, e eu também acho excelência. E sejam
491 bem-vindos, então, ao Comitê Assessor. E agora a gente parte para o nosso
492 quarto ponto que são os informes. Esses procedimentos, eu acho que é a fala
493 que a Adriana fez João, você vai fazer? Tem mais alguma coisa a acrescentar?
494

495

496

O SR. JOÃO LUÍS FERNANDINO FERREIRA (DConama) – João Luís,
497 DConama. Foi praticamente o que a Adriana colocou, mas se vocês quiserem
498 tirar alguma dúvida sobre encaminhamento, basicamente é a proposta de
499 Resolução para o CONAMA é via Conselheiro, o encaminhamento formal é um
500 ofício encaminhado pra Diretora Adriana, ou basta para o CONAMA, ou para
501 mim mesmo João Luís. Deve seguir alguns preceitos que estão previstos no
502 Regimento art. 12, que basicamente consiste em uma justificativa técnica, ou
503 do porquê de uma base legal, alguma coisa que venha a justificar o porquê da
504 Resolução. A gente recebe, encaminha para os pareceres, como a Adriana já
505 colocou, são mais ou menos 30 dias até os pareceres chegarem. A partir daí,
506 como a Adriana já explicou do rito, vem CIPAM, Câmara Técnica, CTAJ e
507 Plenária, se nada acontecer. Há possibilidade, no caso se a Câmara Técnica
508 se sentir desconfortável em discutir, por ser muito conteúdo, a Câmara Técnica
509 pode criar um Grupo de Trabalho. Então, é uma instância não deliberativa onde
510 o pessoal pode chamar especialista, pode ampliar a discussão, porque como a
511 Adriana também adiantou, aqui geralmente é um palco mais deliberativo.
512 Então, o Grupo de Trabalho fico mais livre para as discussões, e se precisar
513 votar não tem exigência de Conselheiros ali dentro para participar. Então, é
514 uma alternativa que a Câmara Técnica tem.

515

516

A SR^a. RENATA ROZENDO MARANHÃO (MMA) – E como que é essa
517 chamada desse Grupo de Trabalho?
518

519

520

O SR. JOÃO LUÍS FERNANDINO FERREIRA (DConama) – A criação de
521 qualquer GT é via deliberação da Câmara Técnica, digamos, que tenhamos
522 qualquer assunto que seja trazido para cá, vamos pegar um exemplo de uma
523 Resolução, a partir do momento que nós vemos que não temos especialistas
524 suficientes aqui dentro. Então, a Câmara Técnica delibera pela criação do GT.
525 A gente a partir daí começamos a convocar reuniões de GT assim, o período é
526 de 1 ano, podendo ser renovado por mais um, e aí a periodicidade, tudo é
527 definido pelo coordenador do GT.
528

529

530

A SR^a. RENATA ROZENDO MARANHÃO (MMA) – Mas ele só pode ser criado
531 depois de passar pelos Conselheiros, parecer do MMA, CIPAM?
532

533

534

O SR. JOÃO LUÍS FERNANDINO FERREIRA (DConama) – Normalmente o
535 GT, ele vem discutir uma matéria de resolução, não é também uma obrigação.
536 Se houver alguma outra motivação que vise um GT.
537

538

539

540 **A SR^a. RENATA ROZENDO MARANHÃO (MMA)** – Mas, assim, se a gente
541 quiser criar hoje um GT pra discutir uma Resolução sobre determinado tema,
542 pode, ou tem que ter passado por esse fluxo aqui?

543

544

545 **O SR. JOÃO LUÍS FERNANDINO FERREIRA (DConama)** – Deveria, porque
546 não tem nenhuma Resolução em aberto no CONAMA, hoje em dia não teria
547 dentro do tema da educação ambiental não tem.

548

549

550 **A SR^a. RENATA ROZENDO MARANHÃO (MMA)** – A minha pergunta era
551 essa, se a gente pode criar um GT antes de entrar?

552

553

554 **O SR. JOÃO LUÍS FERNANDINO FERREIRA (DConama)** – Não, aí seria via,
555 a gente ter o número do processo da matéria e etc.. Então, basicamente isso,
556 não é difícil, qualquer dúvida também é só entrar em contato com o
557 Departamento, a gente responde por telefone, por e-mail, de qualquer jeito.
558 Não é difícil, é só realmente o principal seria o Conselheiro apresentar a
559 matéria.

560

561

562 **A SR^a. RENATA ROZENDO MARANHÃO (MMA)** – E nada impede que a
563 gente discuta Resoluções virtualmente, né, no âmbito da Câmara Técnica? A
564 gente pode pautar a Câmara Técnica virtualmente?

565

566

567 **O SR. JOÃO LUÍS FERNANDINO FERREIRA (DConama)** – Existe uma
568 previsão de convocar a reunião, realização de reunião do CONAMA via virtual.
569 A gente nunca fez, mas tem.

570

571

572 **A SR^a. RENATA ROZENDO MARANHÃO (MMA)** – Aí não precisa ter uma
573 Resolução específica em pauta, pode ser para construir?

574

575

576 **O SR. JOÃO LUÍS FERNANDINO FERREIRA (DConama)** – Assim, se for em
577 Câmara Técnica a Resolução, ela tem que ser formalmente convocada, etc.,
578 como está aqui hoje. Isso é uma Câmara Técnica. Agora, discussões paralelas
579 nada impede de acontecer. Isso daí não tem nenhum problema acontecer.

580

581

582 **A SR^a. JANE FÁTIMA FONTENELES FONTANA (MEC)** – A minha dúvida é
583 parecida com essa da Renata. Existe um rito, uma formalidade do Conselho
584 para a convocação da Câmara, entendi no esclarecimento que a Adriana fez. E
585 nesse, por esse rito essa provocação é sempre para discutir alguma, ou
586 Resolução, ou recomendação, ou os três lá que ela citou, ou proposição, né?
587 Isso. Mas, pensando um pouco na forma como a gente dialoga com o Comitê

588 Assessor e também pensando em ampliar algumas discussões que a gente
589 pensa fazer, se a gente faz um chamado de uma reunião virtual com os
590 integrantes da Câmara Técnica que não seja uma reunião presencial, a gente
591 precisa fazer seguir esse protocolo, ou a gente pode sem ter ata e tudo, ou a
592 gente precisa se deportar ao DConama?

593

594

595 **O SR. JOÃO LUÍS FERNANDINO FERREIRA (DConama)** – Não. Assim,
596 porque a questão mais formal, se a gente for chamar a reunião do CONAMA,
597 por exemplo, quando a gente vier a ter a Terceira Reunião do CONAMA, da
598 Câmara Técnica do CONAMA aqui, precisaria seguir alguns ritos, a gente tem
599 que ter convocação, etc., e tudo formal. Agora, qualquer outra discussão que
600 vocês quiserem fazer de fundo, antes de trazer para o CONAMA, não tem
601 nenhuma... o CONAMA não tem nenhuma gerencia sobre o tipo, a forma como
602 vocês vão fazer, não tem nenhum problema. Agora, uma vez que vocês
603 querem que o CONAMA formalmente convoque uma reunião, aí a gente tem
604 que seguir alguns ritos.

605

606

607 *(Intervenção fora do microfone. Inaudível).*

608

609

610 **O SR. JOÃO LUÍS FERNANDINO FERREIRA (DConama)** – Por essa Câmara
611 Técnica não.

612

613 **A SR^a. RENATA ROZENDO MARANHÃO (MMA)** – Mas a gente pode criar?

614

615 **O SR. JOÃO LUÍS FERNANDINO FERREIRA (DConama)** – Pode, pode criar
616 à vontade.

617

618 **O SR. MÁRIO HENRIQUES SALADINI (CNC)** – Mário, CNC. Só para
619 entender, então, o nosso papel aqui, que seria então nessa proposição de
620 resoluções, de minutas, de resoluções, de recomendações para o CONAMA, é
621 isso?

622

623

624 *(Intervenção fora do microfone. Inaudível).*

625

626

627 **O SR. MÁRIO HENRIQUES SALADINI (CNC)** – Entendi. Então, para que a
628 Câmara Técnica ela possa abordar esse assunto, a gente tem que mandar isso
629 para vocês para vocês avaliarem se vale a pena entrar na pauta da próxima
630 reunião, por exemplo?

631

632

633 **O SR. JOÃO LUÍS FERNANDINO FERREIRA (DConama)** – Em termos
634 formais, se a gente for falar de..., eu vou pegar um exemplo de Reso...,
635 qualquer uma, porque assim tem ritos diferentes, Resolução é o mais, digamos,
636 que tem mais caminhos, mas também é o que tem mais peso, é como a

637 Adriana até colocou, existem pessoas que pensam, defendem que a Resolução
638 CONAMA tem força de Lei. Então, esse é o jeito mais complexo de fazer uma
639 norma que tenha peso para definir alguma norma de uma política, alguma
640 coisa nesse tipo. Os outros atos do CONAMA, eles não têm nenhum peso em
641 termos de norma, ou legislação em si, né? Recomendação, você só
642 recomendar algum órgão, alguma coisa para seguir uma política, para acelerar
643 algum processo; a moção é só uma manifestação em prol, ou contra algum
644 acontecimento, uma manifestação espontânea de um Conselheiro, de uma
645 instituição. E a proposição é quando você leva ao Conselho de Governo, ou ao
646 próprio Congresso Nacional moção pra eles: olha há necessidade de criar tal
647 Lei. Então, a gente já manda em um formato de uma Lei, ou um Decreto pra
648 que eles façam já que a gente não tem o poder, é como se fosse uma sugestão
649 mais criteriosa para esse órgão, ou por ser de Governo, ou o Congresso
650 Nacional. Já a Resolução CONAMA é o que a gente mais trabalha aqui dentro.
651 Então, especificamente para entrar uma Resolução do CONAMA, para
652 começar, tem que ter um Conselheiro encaminhando formalmente para o
653 CONAMA, isso aí não tem como ter outra maneira de começar o processo.
654 Uma vez que o CIPAM aceitou, se for matéria de educação ambiental, a gente
655 começa a tratar ela, ela sai do CIPAM, o CIPAM tem basicamente o caráter de
656 admissibilidade, ele diz que pode entrar ou não no CONAMA, uma vez aqui
657 dentro, é a gente que vai mexer em toda a Resolução, vai cortar artigo, incluir
658 artigo, a gente cria mesmo o documento e aí é um trabalho muito específico da
659 Câmara Técnica, porque tecnicamente falando é a única instância deliberativa
660 que vai mexer na Resolução, ela que pode por voto, ou por consenso tirar,
661 colocar ou tirar artigos que venham da minuta original, coisas assim. Esse é o
662 trabalho da Câmara Técnica. Agora, qualquer outra coisa que não seja tão
663 deliberativo, se exigir mais discussão e menos deliberação pela Câmara
664 Técnica no caso, poderia criar o GT, que é o Grupo de Trabalho, que também
665 seria os membros daqui com outros convidados, professores, especialistas. A
666 gente também pode pensar em alguma coisa..., um seminário menorzinho para
667 que as pessoas sejam mais esclarecidas, tudo isso são possibilidades dentro
668 de um GT.

669

670

671 **O SR. MÁRIO HENRIQUES SALADINI (CNC)** – Entendi. Obrigado.

672

673

674 **A SR^a. JANE FÁTIMA FONTENELES FONTANA (MEC)** – Então, Mário, para
675 resumir a gente tem que ser demandado pelo CONAMA para que a gente
676 possa se reunir, por isso que eu fiz aquela pergunta, que se a gente sentir a
677 necessidade de fazer alguns diálogos, algumas conversas e não tendo essa
678 demanda do CONAMA, para a gente ter essa liberdade de fazer reuniões, ou
679 virtuais, até para a gente poder pensar essas possíveis resoluções que possam
680 ser encaminhadas ao CONAMA.

681

682

683 **O SR. MÁRIO HENRIQUES SALADINI (CNC)** – Entendi. É que o interessante
684 é que além da gente subsidiar os pareceres dos Conselheiros, ou alguma
685 coisa, né, que a gente possa nesse momento também propor para que os

686 Conselheiros levem ao CONAMA para que seja votado, não só no caso o
687 movimento contrário, que a gente sempre esteja recebendo para avaliar e fazer
688 as nossas considerações para voltar ao Conselho. Eu acho que seria
689 interessante, não sei se é esse um dos objetivos da Câmara Técnica também
690 de pensar de que forma a gente poderia criar resoluções que consolidem a
691 Política Nacional de Educação e apresentar isso a um Conselheiro para que
692 ele tente colocar isso em pauta, né?

693

694

695 **A SR^a. JANE FÁTIMA FONTENELES FONTANA (MEC)** – Então, está é uma
696 questão que a gente chamou essa reunião hoje para a gente conversar
697 algumas coisas a esse respeito.

698

699

700 **O SR. JOÃO LUÍS FERNANDINO FERREIRA (DConama)** – João Luís,
701 DConama. Uma questão prática, por exemplo, digamos que vocês consigam
702 criar um grupo virtual, no qual de fundo vocês consigam fazer as discussões. A
703 Jane é Conselheira. Correto? Então, uma vez que vocês tenham um
704 documento elaborado, a gente como DConama pode ajudar até a orientar o
705 pouco que a gente sabe sobre de técnica legislativa pra construir o documento,
706 né? E uma vez que vocês tenham isso pronto, a Jane mesmo, com a
707 assinatura dela lá pode apresentar para o CONAMA. Então, o trabalho de
708 vocês sendo avaliado depois em termos formais por vocês mesmos. Então, é
709 possível fazer. Com o grupo que a gente já tem aqui já é possível fazer.

710

711

712 **A SR^a. JANE FÁTIMA FONTENELES FONTANA (MEC)** – Gente, mais algum
713 ponto para a gente esclarecer desse item aí dos procedimentos pra que a
714 gente possa apresentar a proposta de Resolução ao CONAMA?

715

716

717 **O SR. DOMINGOS AILTON RIBEIRO DE CARVALHO (GERC)** – Bom dia.

718

719

720 **A SR^a. JANE FÁTIMA FONTENELES FONTANA (MEC)** – Bom dia.
721 Apresente-se.

722

723

724 **O SR. DOMINGOS AILTON RIBEIRO DE CARVALHO (GERC)** – Bom dia.
725 Bom dia. Domingos Ailton, representando o GERC, né, Grupo Ecológico das
726 Contas da Bahia, Nordeste no CONAMA, e também na Câmara Técnica de
727 Educação Ambiental. Nós temos discutido, tanto no movimento ambientalista,
728 quanto também junto às universidades né, no sentido de ver alguns
729 procedimentos em relação, por exemplo, nós temos a questão em relação ao
730 licenciamento ambiental a respeito da educação ambiental dos critérios para
731 educação ambiental no licenciamento. Nós particularmente pensamos também
732 numa Resolução em relação à questão da logística reversa, né, já que existe
733 uma Lei voltada para a logística reversa, mas que existe uma pouca adesão da
734 população em relação a isso, pouca sensibilização que o trabalho de educação

735 ambiental poderia ser fundamental nesse sentido. Chegamos, inclusive, a
736 conversar com a Renata, não é, pensamos até em discutir uma Resolução
737 mais ampla envolvendo, não só a logística reversa, mas outras questões
738 relacionadas à Lei de Resíduos Sólidos. Também, nós recebemos como
739 demanda uma proposta de uma professora de Mato Grosso do Sul, que
740 trabalha com uma primeira escola de educação ambiental sustentável, eu acho
741 que do Brasil e do mundo, é uma experiência que eles têm lá no interior do
742 Mato Grosso do Sul e ela encaminhou uma demanda para no sentido de
743 trabalhar uma Resolução voltada para a Educação Ambiental nessas escolas
744 indígenas. Nós recebemos, então, exatamente nós gostaríamos de saber qual
745 o procedimento para que a gente pudesse exatamente formular resoluções e
746 apresentar no CONAMA, porque essa questão da educação ambiental me
747 parece que pelo menos nos últimos anos tem ficado assim como o primo pobre
748 da área ambiental, ou esquecido, deixado de lado assim do ponto de vista do
749 CONAMA sem uma discussão maior, ou um processo de formulação de
750 Resolução e me parece a importância que têm o tema e nós tivemos aí eu
751 acho que a Renata já deu o informe em relação ao fórum né, e a necessidade
752 de pautar essa questão da educação ambiental que possa estar presente nas
753 diversas políticas públicas relacionadas ao meio ambiente.

754

755

756 **A SR^a. JANE FÁTIMA FONTENELES FONTANA (MEC)** – Então o domingo já
757 traz uma demanda de trabalho para a gente. E é nesse ponto que a gente, que
758 eu tinha perguntado para o João né. Até a gente chegar a uma proposição de
759 uma Resolução pra ser apresentada pro CONAMA a gente precisa construir
760 isso, e aí a gente precisa dessas reuniões que a gente tem que pensar como
761 viabilizar pra que depois isso venha demandado do CONAMA pra gente poder
762 analisar. Então Domingos, a gente tinha feito também o histórico sobre essa
763 lacuna que você falou de que a Câmara não tem se reunido né, a gente tinha
764 feito um esclarecimento sobre isso da gente não ter sido demandado pelo
765 CONAMA e a gente tá nesse ponto aqui em que o Mário também falava, mas a
766 gente também precisa criar essa provocação pra que essa demanda venha né.
767 Então, já temos dever de casa pra pensar. E aí ali nos informes, depois dos
768 informes a gente vai possivelmente desdobrar em algumas outras conversas
769 que a gente precise ter. E você tinha feito um pedido de entender como é que é
770 esse protocolo, como é que é esse procedimento, que era o esclarecimento
771 que a gente tava nesse ponto, nesse momento né.

772

773

774 **O SR. DOMINGOS AILTON RIBEIRO DE CARVALHO (GERC)** – Desculpa ter
775 chegado atrasado, eu tive que... Com essa discussão de emendas
776 parlamentares eu tive que passar num gabinete, precisava resolver uma coisa
777 bem cedo né dessa questão de emenda, por isso que eu cheguei um pouco
778 atrasado.

779

780

781 **A SR^a. JANE FÁTIMA FONTENELES FONTANA (MEC)** – É. Nós tínhamos
782 feito exatamente esse esclarecimento um pouco antes de você chegar, então

783 vocês se incomodam se a gente retomar rapidamente só pra esclarecer a
784 dúvida do Domingos? João.

785

786

787 **O SR. JOÃO LUÍS FERNANDINO FERREIRA (DConama)** – Domingos... É o
788 João departamento DConama. É bem simples Domingos. A gente aqui como a
789 Câmara Técnica... Como você chegou agora você não ouviu a parte da Adriana
790 né? A Adriana explicou que a Câmara Técnica se reúne basicamente para
791 tratar dos assuntos mais objetivos, um caso específico quanto há deliberação a
792 ser feita. Quem provoca ao CONAMA desde que haja pauta, no caso agora vai
793 ser a Jane que foi eleita hoje Presidente da Câmara Técnica né, uma resolução
794 ela começa a partir de um Conselheiro, qualquer Conselheiro do CONAMA
795 hoje ele pode apresentar uma proposta de Resolução ao CONAMA. Isso
796 basicamente é, fazer um ofício, encaminhando pode ser diretamente pra
797 Adriana que é a diretora, mas pode ser bem mais aberto, pode ser pra mim,
798 pode ser pro CONAM, pode ser pro presidente, desde que chegue a nossa
799 mesa aqui não tem problema nenhum a quem você tá designando o ofício. O
800 conteúdo disso ele segue um rito, o art. 12 do regimento, basicamente é uma
801 minuta de Resolução, um primeiro esboço dessa resolução que vocês querem,
802 tem que conter nela, não que se preocupar com o técnico legislativo porque
803 tudo isso vai ser trabalhado dentro do CONAMA. E uma justificativa pra dizer
804 por que essa resolução está sendo proposta. Geralmente uma justificativa
805 técnica, trazendo alguns preceitos principais de dentro, de importância, de peso
806 dela aqui política, coisas desse tipo. Então, uma vez que ela chegou aqui no
807 departamento a gente pega encaminha pra dentro do MMA e as vinculadas
808 para os departamentos que têm algum vínculo. São 30 dias pra eles darem a
809 resposta né, uma vez com esses pareceres em mãos a gente contata o
810 Presidente, marca um dia de reunião, um ou dois dependendo do bojo a ser
811 discutido, do conteúdo mesmo. Mentira tem o CIPAM ainda, porque o SIPAM é
812 quem admite ainda, porque eu tô falando já da Câmara Técnica né, então a
813 gente recebeu o parecer, vai encaminhar pro CIPAM que é uma instituição que
814 admite ou não, também composto por Conselheiros do CONAMA, ela admite
815 ou não essa matéria, ela dá uma olhada geral se tá muito fora da competência
816 se o conteúdo é pertinente ao CONAMA, então ela admite e o próprio CIPAM
817 vai encaminhar pra Câmara Técnica pertinente, no caso aqui a educação
818 ambiental, então a gente marca uma reunião junto com a Presidente e aqui a
819 gente vai começar a mexer dentro da minuta, aqui a gente vai fazer as
820 alterações, porque aqui a gente ainda tem a (...) deliberativa, é a única
821 instância técnica deliberativa dentro da matéria vai ser realmente a Câmara
822 Técnica, as outras são muito mais práticas e com outros olhares. Se a Câmara
823 Técnica se sente desconfortável ou pouco abastecidas de especialistas, por
824 exemplo, a gente pode convocar um Grupo de Trabalho. A própria Câmara
825 Técnica delibera para a criação e a gente marca reuniões separadamente

826 desse Grupo de Trabalho, ali não é deliberativo e só basicamente discussão
827 né. Visto, uma vez que a Resolução tá pronta, com o olhar dessa Câmara
828 Técnica, ela é encaminhada pra frente pra Câmara Técnica de assuntos
829 jurídicos que olha legalidade, técnica legislativa, inconstitucionalidades, coisa
830 desse tipo. Passou daí é a Plenária, que é a instância final. Ela pode aprovar
831 ou desaprovar porque ela é soberana nas decisões dela, e a partir do momento
832 que tá aprovado ela Resolução propriamente dita. Esse ó rito.

833

834

835 **O SR. DOMINGOS AILTON RIBEIRO DE CARVALHO (GERC)** – Certo, ok.

836

837

838 **A SR^a. JANE FÁTIMA FONTENELES FONTANA (MEC)** – Henrique você pode
839 voltar um pouquinho? Domingos então só pra te situar tá? Nós já cumprimos a
840 nossa pauta, os itens de escolha e eleição de presidente e vice-presidente.
841 Então, eu tô conduzindo a reunião de hoje a partir da escolha de hoje. Essa
842 eleição ela vai acontecer novamente no início do ano que vem tá? Por conta do
843 que foi esclarecido aqui pela Adriana, fizemos a indicação do representante...
844 Ah! E o vice Gilberto, sociedade civil, vice-presidente da Câmara, fizemos a
845 escolha do representante, da indicação da Câmara, do representante do
846 CONAMA no Comitê Assessor do órgão gestor. Então, a Valdinete ficou como
847 titular e o Hélio como suplente. Fizemos esse esclarecimento, já estamos nos
848 informes, fizemos esse esclarecimento dos procedimentos pra que a gente
849 possa fazer proposição de Resolução para o Conselho. E agora a gente vai
850 para os próximos pontos de informe e acho que a Renata que deve conduzir os
851 três. E aí tem um ponto de informe e aí eu não sei João se eu posso incluir
852 porque tem um item que a gente não colocou na pauta e que eu gostaria de
853 incluir como informe também que é a conferencia infanto-juvenil pelo meio
854 ambiente, que é muito importante que a Câmara se aproprie também e se
855 atualize em que ponto nos estamos nesse processo aí. Eu queria incluir como
856 item de informe lá na 4.5 eu falo no final tá? Então a Renata vai falar sobre o
857 próximo item do informe.

858

859

860 **A SR^a. RENATA ROZENDO MARANHÃO (MMA)** – Você complementa tá?
861 Não sei se vocês estão acompanhando a discussão das bases nacionais
862 comuns curriculares, mas o MEC está elaborando um documento que vai
863 orientar a elaboração dos currículos estaduais, currículos municipais... Quero,
864 pode fazer, vou passar pra Jane que é do MEC.

865

866

867 **A SR^a. JANE FÁTIMA FONTENELES FONTANA (MEC)** – Então, um breve
868 histórico sobre esse processo de formulação desse... Deve-se configurar como
869 Resolução ou um normativo para os sistemas de ensinos, para as redes de
870 ensino. Em dois mil e... O processo todo teve início em 2014, pra 2015 então,
871 foi feita uma primeira versão desse documento, que foi a chamada versão 1
872 essa versão 1 ela foi disponibilizada em meio virtual pra Consulta Pública.
873 Então, foi dado um prazo para que a sociedade apresentasse contribuições pra

874 esse documento, que tá previsto na legislação como uma obrigação do
875 Ministério da Educação, tá prevista também no plano nacional de educação,
876 então isso é uma obrigação legal do MEC de formular a base nacional comum
877 curricular. Essa versão 1 ficou, se não me engano, até março de 2015, eu não
878 me lembro agora, eu estou bagunçando os anos, mas ficou até março de 2015
879 em consulta pública ao longo de... Ou foi de 2016, depois dessa consulta
880 virtual, aconteceram 27 seminários estaduais e foi formulada a versão 2, e
881 depois da versão 2 o Ministério da Educação contratou uma equipe de
882 consultores, que compilaram aí as diversas contribuições e que resultou na
883 versão 3. Essa versão 3 foi entregue pelo Ministério da Educação em abril
884 deste ano ao Conselho Nacional de Educação. De julho a setembro, o
885 Conselho Nacional de Educação realizou 5 audiências públicas, uma em cada
886 região brasileira. E esse era o momento em o que Conselho se propôs a ouvir
887 mais uma vez a sociedades em relação ao documento, a versão entregue pelo
888 Ministério da Educação. Nas audiências públicas, a sociedade podia se
889 manifestar ou também protocolar sugestões, contribuições, e essa
890 manifestação podia ser por e-mail foi aberto um e-mail e poderia ser por
891 escrito. As manifestações orais que foram várias, eu não sei se o Conselho
892 acolheu como sugestões, mas eram manifestações livres, as sugestões
893 mesmos de contribuição ao documento deveriam ter sido por escrito, então na
894 audiência pública de Brasília que foi a última, que foi no dia 11 de setembro, o
895 Ministério do Meio Ambiente protocolou pelo departamento de educação
896 ambiental dirigido pela Renata uma sugestão ao Conselho Nacional de
897 Educação de texto de proposições em relação à educação ambiental. A versão
898 final da BNCC o calendário previsto é que em dezembro o Conselho Nacional
899 de Educação formalize a versão final, não sabemos se esse calendário vai ser
900 cumprido porque tem muitas, muitas, muitas questões que o Conselho recebeu
901 nas audiências públicas, não sei se eles vão conseguir cumprir esse prazo,
902 mas eu vou falar para vocês qual o calendário previsto tá? O planejado seria, o
903 Conselho Nacional entrega a versão final em dezembro de 2017, ao longo do
904 ano de 2018 os Estados e municípios à luz dessa possível Resolução do
905 Conselho, estariam revisando e atualizando os seus currículos estaduais e
906 municipais, e no ano de 2019 teríamos então uma atualização dos currículos
907 das redes de ensino estaduais e municipais. E aí tudo vai depender da
908 finalização dessa versão. Então, assim feito esse histórico, eu passo agora pra
909 Renata falar um pouquinho desse diálogo que foi estabelecido entre o
910 Ministério do Meio Ambiente e o Conselho Nacional de Educação.

911

912

913 **A SR^a. RENATA ROZENDO MARANHÃO (MMA)** – Nessa última versão o que
914 a gente identificou? Que a questão ambiental ela estava praticamente ausente
915 na BNCC, os temas transversais que eram onde se considerava o tema
916 “preservação ambiental” ele se reduzia a meia página, sem muito detalhamento
917 do que significaria esses temas transversais e com esse conceito de
918 preservação ambiental que é um conceito que hoje já está um pouco defasado
919 considerando a própria política educação ambiental e todos os outros
920 documentos orientadores aí das ações de educação ambiental. E aí com isso a
921 gente protocolou essa proposta na audiência pública de Brasília solicitando que
922 se detalhasse um pouco mais o papel desses temas transversais considerando

923 a importância deles efetivamente serem trabalhados no âmbito escolar,
924 resgatando as diretrizes... Uma recomendação do Conselho Nacional de
925 Educação sobre educação ambiental que ele é muito rico e traz muitos
926 aspectos importantes pra educação ambiental e a BNCC não se reportava a
927 essa Resolução. E trazendo aí alguns elementos que consideramos
928 estratégicos, mas para além desse protocolo, a gente percebe que todas as
929 políticas do Ministério do Meio Ambiente elas demandam ações de educação
930 ambiental e grande parte delas quando coloca sob Consulta Pública vem a
931 demanda “a gente tem que entrar no espaço escolar” né? Seja mudança do
932 clima, resíduos, disposição e consumo enfim, todas as temáticas e os temas
933 transversais ele não trazia essa demanda, não contemplava isso e isso acaba
934 que a longo prazo vai interferindo nos currículos estaduais e municipais e nos
935 projetos políticos e pedagógicos. Então a gente também começou um diálogo
936 por meio do comitê, do órgão gestor junto com o representante do Comitê
937 Assessor com o Conselho Nacional de Educação, para trazer uma conversa
938 mais aproximada e pra que o tema meio ambiente fosse incorporado de forma
939 mais expressiva. A gente teve um boa recepção desse Conselho Nacional de
940 Educação que nos solicitou uma proposta de associação da temática
941 ambiental, junto aos direitos de aprendizagem que é uma das linguagens
942 colocados pela BNCC, com isso a gente fez uma proposta, são 10 direitos que
943 a BNCC traz né, uma é conhecimento, pensamento científico, crítica e criativo,
944 repertório cultural, comunicação, argumentação, tecnologia pra aprender ao
945 longo da vida, autonomia e autogestão, autoconhecimento e autocuidado,
946 empatia e cooperação, e responsabilidade e cidadania, são esses direitos que
947 a BNCC assegura né. Aí o que a gente propôs? No direito de conhecimento
948 que se acrescentasse também esses conhecimentos historicamente construído
949 sobre o mundo físico, social colocasse também o elemento também ambiental,
950 colaborando com a construção de sociedade sustentáveis e junto ao 10º direito
951 que é responsabilidade e cidadania a gente propôs que se acrescentasse
952 também o componente de meio ambiente. A gente não sabe se isso vai ser
953 considerado, mas hoje o Conselho ele já têm algo material para discutir a
954 incorporação do tema meio ambiente, e a gente pretende ainda fazer algumas
955 conversas com esse Conselho né pra ver como isso vai ser incorporado aí na
956 última versão. Os temas transversais e integradores a gente, depois a gente
957 compartilha com vocês esse documento, a gente trouxe alguns conceitos do
958 que significaria esses temas transversais, trazendo vários princípios da
959 educação ambiental e por fim, eles solicitaram que a gente colocasse assim,
960 como que a educação ambiental a temática ambiental pode contribuir com
961 esses direitos de aprendizagem? Isso foi uma outra demanda deles então a
962 cada um desses direitos a gente colocou aqui proposições de objetivos de
963 aprendizagem que os educandos aí devem sair com essas competências, que
964 é a linguagem que a BNCC tá adotando então, por exemplo, o conhecimento a
965 gente teve a preocupação de colocar aqui elementos associados as políticas
966 ambientais né, porque é de forma genérica, mas isso assegura que depois nos
967 currículos estaduais e municipais a temática da Água, a temática da mudança
968 do clima, do extrativismo, da produção e consumo sustentável, dos resíduos
969 sólidos, a interface entre essas diversas temáticas sejam asseguradas e a
970 gente tenha espaço pra implementar as políticas públicas, envolver professores
971 né nesse processo aí de implementação de políticas públicas. Então, foi esse

972 exercício que a gente fez como órgão gestor de né colocar, incorporar pelo
973 menos mencionar essas temáticas e essas políticas mais estratégicas, a
974 questão da biodiversidade dentre outros, considerar a importância de que
975 esses temas sejam trabalhados de forma contextualizada, integrada né, nos
976 territórios, e trouxemos várias diretrizes e princípios aí da política nacional de
977 educação ambiental, do tratado e outros documentos, e assim vai para todos
978 os objetivos, tá então essa é a proposta que tá em análise no momento sobre...
979 Na Câmara de Educação de... Qual que é o nome de Câmara? É. De
980 Educação Básica. Na Câmara de Educação Básica. Aí a gente ao mesmo
981 tempo, já que é um tema transversal a BNCC ela coloca lá, que deve ser
982 trabalhado... Esses temas devem ser trabalhados transversalmente, são quase
983 10 temas, mas ela não faz esse link com as disciplinas né, então a pessoa da
984 área de Português ela vai ter que sair, qual que é a compreensão que ela tem
985 que sair relacionado a esses temas transversais? Não é feito esse link. Então a
986 gente também colocou uma proposição aí de objetivos de aprendizagem pra
987 cada uma das matérias né, por exemplo, português além de compreender
988 constituir como elemento essencial nas práticas linguísticas, a oralidade, a
989 leitura e produção escrita munidas de postura crítica e reflexiva acerca da
990 realidade das questões ambientais. Então, a gente se preocupou em fazer esse
991 link aqui também com todas as disciplinas. Então, como encaminhamento
992 como esse é mais um informe a ideia quando a gente pensou em retomar essa
993 Câmara Técnica que foi até uma demanda daí do Domingos junto ao secretário
994 Edson Duarte a gente tinha uma grande motivação essa Base Nacional
995 Comum Curricular, pra que a gente criasse uma moção né do CONAMA, do
996 Conselho Nacional de Recursos Hídricos para o Conselho Nacional de
997 Educação pra que a nossa proposição fosse mais legítima e representativa. Só
998 que a gente não teve esse tempo porque as contribuições protocoladas foi até
999 11 de setembro, mas como a gente abriu esse diálogo com o Conselho
1000 Nacional de Educação a gente vai compartilhar com vocês esse documento,
1001 caso vocês identifiquem algo que vocês definam como estratégico de
1002 complementação a gente vai ver a possibilidade aí de inserir nessa proposta e
1003 só reforçar que a gente não tem como assegurar que tudo isso que está sendo
1004 proposto vai ser incorporado na última versão, mas a gente tem a expectativa
1005 de que a temática ambiental ela seja um pouco mais contemplada nessa base
1006 nacional comum curricular e isso vai demandar da gente um trabalho posterior
1007 de articulação né que é com os Estados, com os municípios, pra contribuir na
1008 elaboração desse currículos e fazer com que a educação ambiental esteja
1009 implementada da forma que a gente considera mais estruturante né.

1010

1011

1012 **O SR. DOMINGOS AILTON RIBEIRO DE CARVALHO (GERC)** – Você disse
1013 Renata que... Domingos Ailton, GERC. Você disse que encerrou o prazo de
1014 apresentação de emendas né, até 11 de setembro oficialmente, e nessa versão
1015 final teria como ainda fazer algum ajuste? É... Nós da Câmara Técnica numa
1016 articulação com o Ministério da Educação, com a articulação aí, com a
1017 representação do Estado, haveria alguma possibilidade?

1018

1019

1020 **A SR^a. JANE FÁTIMA FONTENELES FONTANA (MEC)** – Então Domingos,
1021 creio que uma vez o Conselho publicando a Resolução na versão final eu creio
1022 que não temos mais condições de alterar, na base nacional não. Qual vai ser
1023 então, e isso é uma coisa que eu e Renata conversamos né... O grande
1024 momento de contribuição é quando os Estados e municípios estiverem
1025 construindo as suas propostas curriculares. Então, porque a base nacional ela
1026 não é currículo, ela é uma orientação que define a parte diversificada e a as
1027 disciplinas obrigatórias do currículo. Efetivamente o currículo ele é definido pelo
1028 sistema, pela rede ensino, pela rede estadual e pela rede municipal. O
1029 Ministério da Educação está desenvolvendo uma estratégia de apoio, de
1030 processo formativo, de articulação com os Estados pra esse processo de
1031 construção de elaboração que deve acontecer em 2018/2019. E aí sim a parte
1032 de contribuição junto aos Estados e municípios está por vir né. Pra gente foi
1033 bem interessante fazer esse trabalho de pensar em competências, que os
1034 estudantes precisam desenvolver na aprendizagem, relacionadas a cada um
1035 dos objetivos de aprendizagem colocados pela BNCC, a gente... Com a
1036 Renata falou, a gente não sabe... O nosso texto acabou ficando bem maior do
1037 que a gente pensava então a gente não sabe até que ponto, até que tanto isso
1038 vai ser incorporado e aproveitado, mas certamente pode também servir pra
1039 inspirar ou pra contribuir com o processo nos Estados e nos municípios.

1040

1041

1042 **A SR^a. RENATA ROZENDO MARANHÃO (MMA)** – Só complementando a fala
1043 da Jane. O Conselho ainda não tá com a sua versão consolidada né? Então a
1044 gente tá com esse diálogo, o Conselho Nacional de Educação e caso vocês
1045 identifiquem algo muito estratégico que a gente não contemplou aqui a gente
1046 pode incorporar nas futuras tratativas que a gente terá com esse Conselho,
1047 mas ainda não se consolidou a (...).

1048

1049

1050 **O SR. DOMINGOS AILTON RIBEIRO DE CARVALHO (GERC)** – É
1051 interessante você passar esse documento com essas propostas, inclusive pra
1052 que a gente possa ler e até discutir com alguns colegas lá... A gente tem
1053 inclusive lá na universidade onde eu ensino na UESB nós temos pessoas que
1054 tem dedicadas a educação ambiental, inclusive com doutorado nessa área de
1055 educação ambiental a gente tem, eu faço parte de uma Câmara Técnica de
1056 educação ambiental do Comitê do Rio das Contas, do Comitê da bacia do Rio
1057 das Contas, então de repente a gente pode aí tá discutindo se houver
1058 possibilidade ainda nessa versão final, se não nessa discussão nos Estados,
1059 eu acho que aí a gente pode também fazer uma articulação né? Não só com os
1060 nossos Estados, mas com os demais Estados onde a gente tem também
1061 contatos e aí poderia tá incluindo aí uma contribuição nesse sentido.

1062

1063

1064 **O SR. HÉLIO VANDERLEI COELHO FILHO (Anamma Nacional)** – Só uma
1065 observação. Hélio Vanderlei, Anamma. Algumas questões importantes, assim
1066 primeiro a fragilidade do setor de educação ambiental nos municípios. Isso é
1067 uma constatação na pesquisa que a Anamma fez aos seus 1.500 associados,
1068 ok? E pela minha experiência do Rio de Janeiro, nas 92 cidades do Rio de

1069 Janeiro a gente percebe que a secretaria de meio ambiente quase não tem o
1070 departamento de educação ambiental e em contra partida não dialoga com a
1071 secretária de educação porque na construção de procedimentos de atividades
1072 as mais básicas possíveis de educação ambiental esse é um ponto importante
1073 que a gente tá tentando entender um pouco mais junto as cidades associadas
1074 a Anamma as dificuldades de cada município no seu território e que nem
1075 sempre é uma questão financeira, as vezes, é uma questão de cultura, as
1076 vezes, é uma questão de formação, as vezes, é uma questão de articulação do
1077 próprio secretário de meio ambiente com a secretária de educação. Segundo
1078 ponto, eu estive a semana passada em Vitória e participei por acaso da reunião
1079 do órgão gestor de Vitória, o que foi muito interessante pra perceber as
1080 fragilidades, as potencialidades e as dúvidas desse órgão gestor nesses
1081 encaminhamentos entre as duas secretárias de meio ambiente e de educação.
1082 Terceiro ponto eu acho que o Domingos falou uma coisa importante, que é a
1083 questão da educação ambiental no licenciamento ambientais que é uma coisa
1084 que a gente bate muito forte junto aos órgãos principalmente estadual e
1085 federal, IBAMA, o no meu Estado INEA, ok? Porque as vezes não dialoga com
1086 os municípios e nem com a própria política estadual de educação, é um
1087 controle muito fragilizado no meu ponto de vista Domingos sabe? Onde as
1088 empresas contratam as consultarias e que fazem as suas atividades mais
1089 básicas possíveis de educação ambiental. Então eu acho que isso é uma coisa
1090 importante da gente debruçar sobre isso, entender, discutir e fazer as
1091 resoluções, porque acho que o CONAMA é o caminho certo. Eu acho que a
1092 gente pode propor a um Conselheiro e o Conselheiro da própria Anamma né,
1093 os Conselhos da Anamma podem encaminhar, mas essa Câmara Técnica tem
1094 um papel muito importante que é a reflexão, o debate né, a formulação e o
1095 encaminhamento nesse processo. Eu acho que a Renata tá correta, os 10
1096 pontos são fundamentais, você não ter na base nacional curricular comum na
1097 questão da educação ambiental, eu acho que vai passar para os municípios e
1098 para o estado uma responsabilidade, porque já que não tá lá na nacional a
1099 gente vai ter que discutir aqui em baixo e discutir de uma forma bem firme com
1100 a Secretaria de Educação e no Estado também essa questão dos 10 pontos
1101 que eu acho eu são estratégicos no meu ponto de vista.

1102
1103

1104 **A SR^a. JANE FÁTIMA FONTENELES FONTANA (MEC)** – Ok. Então... Mais
1105 alguma coisa sobre esse ponto Renata? Não? Eu queria pedir 3 minutos de
1106 intervalo se possível, pra gente retomar já já...

1107
1108

1109 *(Pausa).*

1110
1111

1112 **A SR^a. RENATA ROZENDO MARANHÃO (MMA)** – Essa apresentação vai ser
1113 rápida. Entre o dia 2 de abril e 30 de julho, a gente lançou uma consulta pública
1114 de revisão do programa nacional da educação ambiental. Eu não sei se todos
1115 conhecem. Quem conhece aqui o programa nacional de educação ambiental?
1116 Todo mundo conhece. Ele é um programa que ele foi... Ele teve uma primeira,
1117 primeira versão em 1994, em 2005... Em 2013 ele teve uma outra versão que

1118 foi... Mudou muito o escopo e a estrutura do programa. E em 2005 ele teve
1119 uma consulta pública e desde 2005 não tinha colocado... Ele não tinha sofrido
1120 uma consulta pública e ele foi criado de uma forma que ele não é
1121 institucionalizado exatamente com o instituto de haver Consultas Públicas
1122 recorrentes anuais, a cada dois anos, mas a gente passou aí desde 2005, a
1123 gente passou 12 anos sem uma consulta pública do programa então, a gente
1124 começou esse processo antecedendo o 9º fórum brasileiro de educação
1125 ambiental para que a gente conseguisse consolidar uma ultima versão desse
1126 programa no fórum, e ao mesmo tempo o processo de Consulta Pública fosse
1127 um processo de animação dos educadores ambientais para eles se juntarem,
1128 rediscutirem aí o programa uma vez que gente não considere estratégico
1129 colocar em discussão a política nacional de educação ambiental. Pode passar.
1130 E aí a gente usou a plataforma do participa.br e tiveram mais de 5 mil acessos.
1131 Pode passar. Que é esse o portal de Consulta Pública do programa. O
1132 programa ele está estruturado em diretrizes e princípios, missões e objetivos,
1133 linhas de ação e as ações estratégicas. E todos esses componentes foram
1134 colocados em Consulta Pública, às linhas de ação do programa é a gestão e
1135 planejamento, formação de educadores, comunicação, a questão das
1136 instituições de ensino e monitoramento e avaliação. As contribuições que
1137 vieram na plataforma foram contribuições pontuais, uma ou outra altera
1138 significativamente o conteúdo do programa até porque a plataforma não
1139 propicia muito uma rediscussão estrutural do programa, porque ela parte do
1140 que tá posto né, ela divide em parágrafos e você tem que dá sua contribuição
1141 em cima de um determinado parágrafo. Então, a plataforma não permitiu essa
1142 reestruturação do programa apenas mudanças em alguns elementos. A
1143 metodologia foi a formação de um grupo de trabalho pra essa consulta, um
1144 processo de releitura, avaliação e construção dessas contribuições. O que foi
1145 mais rico? A gente utilizou a plataforma, mas a gente mobilizou as redes
1146 estaduais e as comissões estaduais interinstitucionais pra fazer essas
1147 discussões e a gente chegou a 32 relatórios que envolveu diversos
1148 educadores, e que ele foi pautado em cima... Essa discussão foi pautada em
1149 cima de 12, de algumas questões orientadoras. Então, esses relatórios
1150 trouxeram muito mais riqueza para a Consulta Pública do que o próprio portal
1151 de consulta. Com isso a gente né, tivemos algumas exceções das
1152 contribuições no participo e identificamos pontos focais de auxílio nessa
1153 consulta que os pontos focais também foram animadores desses momentos aí
1154 presenciais que a gente obteve nos Estados. Pode passar. Essas foram as
1155 questões orientadoras pra esses relatórios, que quais são os desafios? Como o
1156 ProNEA pode atuar na questão do fomento? Como que as pessoas identificam
1157 essa Resolução do Conselho Nacional de Educação voltada pra educação
1158 ambiental? A questão da ABNCC, como assegurar a educação ambiental a
1159 organicidade do órgão gestor né e de todas as instâncias que já existem?
1160 Como fortalecer as CIEA? Como atuar no âmbito dos acordos internacionais?
1161 Uma discussão sobre o sistema nacional de educação, a questão de fundos
1162 privados ou fundos públicos de educação ambiental, qual é o concepção dos
1163 educadores? Quais são as estratégias que devem ser adotada para ampliar
1164 essas instâncias que já que atuam com educação ambiental? Como que a
1165 gente aproveita mais essas instâncias né? Aí tá como exemplo a Câmara
1166 Técnica de educação ambiental do CONAMA dentre outras que a gente... É

1167 um espaço onde a gente pode intervir aí no âmbito das políticas públicas, a
1168 questão do PPA enfim, essas foram as questões que a gente estabeleceu
1169 como orientadoras pra esses momentos estaduais de consulta. Foram 17
1170 questões. Pode passar. O Grupo de Trabalho de sistematização é esse, é um
1171 grupo de cerca de 15 pessoas, tem pessoas aí educadores, pessoas do
1172 Assessor, do Ministério, do MEC, e esse Grupo de Trabalho pegou as
1173 contribuições do programa, leu todos os 32 relatórios que forem encaminhados
1174 e tentou extrair desses relatórios elementos associados a esse programa. Acho
1175 que esse é o último slide. Aí o que a gente tem hoje? A gente tem uma tabela,
1176 onde tem a proposta inicial de texto do programa, as contribuições, e uma
1177 proposta de texto numa terceira coluna. Esse grupo que sistematizou, fez essa
1178 sistematização a gente levou para o fórum brasileiro de educação ambiental
1179 achando que ia sair lá com uma última versão do programa, mas a gente
1180 identificou que a gente ainda precisa trabalhar mais nesse documento, e ficou
1181 desse grupo dar suas últimas contribuições e o Comitê Assessor do órgão
1182 gestor consolidar uma versão final. Considerando que com o maior número de
1183 contribuições enriquece o programa, a proposição que a gente traz aqui é de a
1184 gente vai agora consolidar essa tabela, transformar essa tabela num
1185 documento mesmo, e aí a gente queria encaminhar para vocês para também
1186 fazer as suas contribuições, porque a gente ainda tem tempo de incorporar
1187 novos olhares, novas contribuições de instâncias que a gente considera
1188 estratégica, até porque vocês também agora são integrantes do Comitê
1189 Assessor. Então ter um olhar dessa Câmara Técnica é interessante. Então,
1190 esse é o histórico, e assim é uma oportunidade aí de vocês contribuírem aí
1191 com esse programa, a gente pretende até dezembro definir essa última versão
1192 e aí a gente caminha com vocês com um prazo aí pra recebimento de
1193 contribuições. Ok? Você quer complementar aí Jane?

1194
1195

1196 **A SR^a. JANE FÁTIMA FONTENELES FONTANA (MEC) –** Que prazo?

1197
1198

1199 **A SR^a. RENATA ROZENDO MARANHÃO (MMA) –** A gente encaminha pelo e-
1200 mail.

1201
1202

1203 **A SR^a. JANE FÁTIMA FONTENELES FONTANA (MEC) –** Então a gente
1204 encaminha e pensa um prazo para que seja possível que depois o grupo que
1205 vai tentar redigir essa proposta no Comitê Assessor acolha essas
1206 contribuições. Está bem?

1207
1208

1209 **A SR^a. RENATA ROZENDO MARANHÃO (MMA) –** É. O que a gente pode
1210 fazer logo se vocês acharem mais interessante é compartilhar a tabela com
1211 vocês pra vocês já... Adianta. Então a gente vai compartilhar junto com a
1212 ABNCC também essa tabela aí... Quer ver? Eu vou até abrir só para vocês
1213 terem ideia do que é a tabela. Aqui. Tem o texto original do programa, o texto
1214 alternativo que é... Ah não, já está o texto alternativo. Aqui é a última tabela, aí
1215 tem o texto original, e o texto... Por que o que a gente fez? A gente pegou

1216 essas contribuições e dividiu por grupos das redes né, um grupo olhou pra
1217 missão, outro grupo das redes e do órgão gestor também... Um grupo olhou
1218 pra missão, outro grupo olhou para as ações estratégicas e aí construíram esse
1219 texto alternativo aqui do programa. Aí tem a questão de diretrizes,
1220 transversalidade interdisciplinaridade, é aí a proposta que seja transversalidade
1221 e complexidade e enfim, essa é a tabelinha que a gente tem que agora a gente
1222 vai colocar na cara de programa, mas aí vocês já podem pensar um pouco
1223 aqui, aí tem os princípios e os textos alternativos. A missão, por exemplo, que
1224 muda um pouco, algumas pessoas a nossa missão é a educação ambiental
1225 contribuindo para a construção sustentáveis atual, não é esse aqui que está
1226 aqui não... Com pessoas atuantes felizes em todo o Brasil. Que é a visão. Aí a
1227 proposta é contribuir, a proposta de redação que ficou é, “contribuir para um
1228 projeto” acabou saindo a questão de pessoas atuantes e felizes, aí eu acho
1229 que como proposta né... Então, esse é um exemplo aqui de alteração que
1230 algumas pessoas pediram para tirar, outras para manter enfim, mas o texto tá
1231 assim, mas acho que agora a ideia e da gente deixar a visão e missão. É não
1232 sei. Talvez tem que construir uma visão porque algumas pessoas
1233 compreenderam que isso aqui tem mais cara de visão do que de missão em si,
1234 por que qual é a visão? A educação ambiental contribuindo para a construção...

1235

1236

1237 **A SR^a. JANE FÁTIMA FONTENELES FONTANA (MEC)** – Eu quero aproveitar
1238 para lamentar, porque sempre que eu falo sobre política pública nas diversas
1239 oportunidades que eu já tive, eu costumo falar que a política de educação
1240 ambiental é a única política pública brasileira que fala de felicidade, agora vou
1241 ter que mudar minha fala.

1242

1243

1244 **A SR^a. RENATA ROZENDO MARANHÃO (MMA)** – Não, você não vai ter que
1245 mudar sua fala, aí que tá... Essa é a delicadeza de uma Consulta Pública né,
1246 uma pessoa falou para tirar, outra pra manter, você já acha que deve manter
1247 então assim, essa foi uma redação alternativa, no caso da missão foi até a
1248 equipe do (...) que fez isso, mas que na instância do Comitê Assessor a gente
1249 vai poder retomar essas questões e discutir porque não pode falar “ah, isso foi
1250 a consulta...” não, foi uma pessoa que sugeriu para tirar, se a gente olhar uma
1251 ou duas.

1252

1253

1254 **O SR. HÉLIO VANDERLEI COELHO FILHO (Anamma Nacional)** –
1255 *(intervenção fora do microfone inaudível)*

1256

1257

1258 **A SR^a. RENATA ROZENDO MARANHÃO (MMA)** – E eu acho que aí a
1259 alternativa que a equipe deu é de essa questão vir a ser, por exemplo, uma
1260 visão e aqui a missão né, assim porque a missão ela tem uma cara mais de
1261 ação, exatamente, aqui é como você quer ser visto, “a educação ambiental
1262 contribuindo” enfim, aqui é um exemplo, ok? Então, a gente compartilha com
1263 vocês, mas esse exemplo que você colocou são as dificuldades que a gente
1264 pode enfrentar, porque na educação ambiental tem diversas visões dentro do

1265 campo da educação ambiental, a gente pode achar que é um consenso, mas
1266 se você tiver em um auditório e perguntar pra cada pessoa, cada pessoa vai
1267 considerar a educação ambiental um ponto né e essas visões quando você se
1268 materializa num programa elas se repercutem de uma forma diferenciada. Tipo
1269 quem é do campo, por exemplo, da educação na gestão que foca nos
1270 vulneráveis, nas pessoas mais susceptíveis, elas não estão muito de acordo
1271 com o público que tem um elenco de 20 instituições e no final o público em
1272 geral né, eu dei um exemplo aqui que outro campo já acha que a gente tem
1273 que trabalhar com a totalidade das pessoas em todos né... De forma
1274 permanente e continuada. Então, essas contradições a gente tem que ver
1275 como acolhe-las num programa que é nacional e que tem que né, trazer essa
1276 diversidade aí de identidades e de concepções da educação ambiental.

1277

1278

1279 **O SR. MÁRIO HENRIQUES SALADINI (CNC)** – Só dando uma contribuição...
1280 Mario, CNC. Eu acho que realmente é um trabalho aí complexo que vocês têm
1281 pela frente né, porque envolve como você disse o entendimento do que é
1282 educação ambiental né, dentro de várias concepções, e subjetividades né,
1283 você falou sobre uma questão que talvez outras pessoas não tenham a noção
1284 do que representa essa felicidade né, hoje se fala muito em FIB em
1285 substituição ao PIB, talvez as pessoas que pediram pra retirar o termo
1286 felicidade não tenham consciência da importância que é se rediscutir isso em
1287 contraposição a outros indicadores econômicos né e começar a perseguir
1288 outras questões que não só o econômico. Então, é interessante quando a
1289 gente olha para essas diretrizes, essas sugestões de alterações, a gente
1290 também tem que entender quais foram as justificativas né...

1291

1292

1293 **A SR^a. RENATA ROZENDO MARANHÃO (MMA)** – Não tem justificativa.

1294

1295

1296 **O SR. MÁRIO HENRIQUES SALADINI (CNC)** – Pois é, isso que complica né.
1297 A gente saber o porquê foi feita essa não só alteração em si, mas porque ela
1298 foi feita né.

1299

1300

1301 **A SR^a. RENATA ROZENDO MARANHÃO (MMA)** – São duas fragilidades da
1302 plataforma, ela não tem a justificativa e ela não traz peso diferenciado. Se é
1303 uma pessoa física ou se foi um encontro com pessoas de 20 municípios no
1304 Estado do Rio de Janeiro, ela traz o mesmo peso. Então, são duas... Por isso
1305 que os relatórios foram fundamentais pra gente fazer esse contra ponto aí na
1306 decisão dos textos finais. E como eu disse, por exemplo, a missão foi o
1307 departamento de educação ambiental junto com uma pessoa da ReBEC que
1308 fez né, junto com a Andressa. Então, assim foi um olhar nosso. O objetivo
1309 estratégico foi a (...). Então, assim acaba que você traz pra um olhar a
1310 sistematização então, é um pouco subjetivo uma consolidação de uma última
1311 versão né, subjetivar a consolidação de uma última versão.

1312

1313

1314 **A SR^a. JANE FÁTIMA FONTENELES FONTANA (MEC)** – Mas eu vejo tanto
1315 aqui na CTEA como no Comitê Assessor duas oportunidades pra gente pensar
1316 sobre isso que você falou sobre essa representatividade das sugestões né, se
1317 de repente uma sugestão de alteração como a gente tem um colegiado
1318 representando diversos olhares eu acho que cabe também a gente olhar e
1319 dialogar sobre isso, não sei, eu senti necessidade até de talvez ainda um vício
1320 cartesiano de quantidade assim, quantas sugestões pra isso? Pra gente pensar
1321 nessa representatividade de repente né... Então podemos seguir para o
1322 próximo ponto? Penúltimo porque eu tendo a pensar que a gente vai conseguir
1323 cumprir a nossa pauta até o meio dia né, mas tardar meio dia e meia, mas eu
1324 creio que... Então, a gente vai... Não vai dá para incluir ali no texto escrito, mas
1325 vai ter mais um depois desse que a Renata vai falar sobre o fundo aí. Não é
1326 Renata?

1327

1328

1329 **A SR^a. RENATA ROZENDO MARANHÃO (MMA)** – Essa foi uma demanda do
1330 Domingos, não é Domingos? De colocar esse ponto de pauta sobre o Fundo
1331 Nacional de Educação Ambiental e alternativas de fomentos para o projeto de
1332 educação ambiental. Você quer falar ou você quer que eu contextualize?
1333 Coloca e depois eu complemento.

1334

1335

1336 **O SR. DOMINGOS AILTON RIBEIRO DE CARVALHO (GERC)** – Domingos
1337 Ailton, GERC. Na verdade, é fundamental para o trabalho de educação
1338 ambiental recursos financeiros em que possam ser desenvolvidas as ações
1339 então, por exemplo, a questão do fundo nacional de educação ambiental né,
1340 também alternativas de fomento para projetos de educação ambiental que
1341 alternativas se têm, inclusive o Ministério Público fez uma publicação nesse
1342 sentido, mas nós temos discutido e, inclusive em termos de municípios
1343 exatamente que no trabalho de educação dos municípios, não há recursos
1344 alocados para a educação ambiental da secretaria municipal de educação
1345 ambiental. O nosso amigo Hélio ali, Vanderlei falou muito bem desse falta de
1346 articulação entre a secretaria ou diretoria de meio ambiente e a diretoria de
1347 educação. Então, na verdade, a gente precisa ter essa discussão né inclusive,
1348 pensando até na questão do licenciamento ambiental exatamente a destinação
1349 de recursos para a educação ambiental. Então, ter essa discussão a respeito
1350 do fundo de educação ambiental, o que o Fundo prevê e quais são outros
1351 fundos, outras alternativas que podem ser acionadas no sentido de
1352 desenvolvimento de programas e projetos de educação ambiental. Nós temos
1353 vários projetos de educação ambiental espalhados pelo País. A questão o que
1354 falta é exatamente é recurso nesse sentido eu, inclusive tenho pensado sobre a
1355 área também de comunicação, sou jornalista, e faço parte da rede brasileira e
1356 da rede Latino Americana de jornalismo ambiental e temos discutido
1357 exatamente essa questão da capacitação dos comunicadores sociais,
1358 jornalistas, radialistas, pessoas que trabalham com as redes sociais, no sentido
1359 de capacitá-los para trabalhar a temática ambiental nos veículos de
1360 comunicação. Então, esse também é uma ação de educação ambiental, e que
1361 precisa de recursos e tal. Eu estou, inclusive formulando lá na Bahia um projeto
1362 de especialização em educação, em jornalismo ambiental, então a gente

1363 precisa exatamente discutir essas questões e ver os recursos necessários de
1364 onde vêm esses recursos para que essas ações sejam efetivadas.

1365

1366

1367 **A SR^a. RENATA ROZENDO MARANHÃO (MMA)** – Agora só pra
1368 complementar o histórico. Foi apresentada uma proposta de criação de um
1369 fundo nacional de educação ambiental, já faz alguns anos, e esse fundo ele... A
1370 ideia é que fosse Fundo público, e obteve um parecer negativo do fundo
1371 nacional do meio ambiente, e na época também do departamento de educação
1372 ambiental eu acho do que MEC né, mas porque que a gente não foi a favor da
1373 criação desse fundo nacional de educação ambiental? Porque a criação de um
1374 fundo público ela entra em um gargalo que é a questão orçamentaria, quando
1375 você cria um fundo independente da origem dos recursos, ele acaba contando
1376 com o seu limite orçamentário, ou seja, o limite orçamentário do Ministério do
1377 Meio Ambiente esse ano é uns 680 milhões, por exemplo, se você tem um
1378 fundo nacional do meio ambiente que, por exemplo, uma das fontes de
1379 recursos do Fundo nacional do meio ambiente são os recursos de multa, mas
1380 vamos supor que a gente receba “X” milhões de multas, aí chega no Ministério
1381 do Meio Ambiente tem que se encaixar no orçamento do fundo nacional de
1382 meio ambiente né, que isso compete com todas as áreas de Ministério, e aí
1383 acaba que isso retorna pro tesouro até contribuindo aí o superávit primário.
1384 Então a criação de Fundos públicos ela tá cada vez mais comprometida,
1385 sobretudo, diante do nosso cenário atual de limitação orçamentária. Se a gente
1386 vai criar um fundo nacional de educação ambiental ou ele ia contribuir com
1387 recursos do Fundo Nacional do Meio Ambiente que hoje chega a cerca de 3
1388 milhões ano né então assim, não tem sentido você criar um outro fundo para
1389 competir com esse limite orçamentário ou o departamento de educação
1390 ambiental que não seria possível, então teria que tirar de alguma política
1391 pública, além de ter que associar a uma fonte de recursos aí específica. Então,
1392 essa é uma lacuna de se criar novos fundos públicos, aí com isso a gente fez
1393 até essa publicação aqui pra identificar quais são os fundos que já existem,
1394 como eles apoiam ações de educação ambiental, e de que forma a gente pode
1395 também fortalecer esse componente ambiental da educação ambiental nesses
1396 Fundos públicos porque, às vezes, esse componente ele entra muito como algo
1397 secundário sendo que, grande parte ele é estratégico né, por exemplo, o fundo
1398 nacional do meio ambiente acabou do lançar um edital com o fundo
1399 socioambiental da caixa para a questão da compostagem, e não tem como
1400 você trabalhar com a compostagem em um determinado município, trabalhar
1401 com uma mudança de paradigmas se o (...) do programa não for um trabalho
1402 de educação, mobilização, conscientização né em determinados territórios.
1403 Então, essa foi a questão que fez com que o funda nacional do meio ambiente
1404 desse um parecer negativo aí na criação desse novo fundo, o que a gente tem
1405 como alternativa hoje ó fundo brasileiro de educação ambiental, o FunBEA que
1406 ele é um fundo que pretende fortalecer políticas públicas, mas sem ser um
1407 Fundo público, ele é um OSCIP e tá na busca de captação de recursos para
1408 apoiar pequenos projetos, hoje ele tem sofrido dificuldades de conseguir
1409 recursos para apoiar pequenos projetos, e grande parte dos recursos captados
1410 em geral é para que eles executem em iniciativas, então já foi consolidado um
1411 observatório né, realizados diversas oficinas, mas ainda não se conseguiu

1412 captar recursos para apoiar pequenos projetos, que é o desafio desse Fundo
1413 brasileiro de educação ambiental. Então a gente considera mais estratégico a
1414 gente fortalecer esse fundo brasileiro de educação ambiental, buscar
1415 alternativas da mesma forma o que Funbio conseguiu né se associar aí a uma
1416 política do Ministério e executar recursos do JEF, com foco na biodiversidade,
1417 identificar aí alternativas de fortalecimento desse fundo sabendo que, grande
1418 parte dos financiadores não consideram educação ambiental como atividade
1419 fim, ao ponto de destinar recursos para o fundo de educação ambiental. Em
1420 geral a educação é feito como um meio para contribuir com uma política
1421 específica, como biodiversidade dentre outras. Então, é na política nacional de
1422 educação ambiental existe um artigo que previa essa questão de recursos para
1423 a educação ambiental e ele foi revogado na época... Foi vetado, então hoje
1424 realmente recursos para a educação ambiental é uma problemática aí que a
1425 gente precisa olhar para ela. Eu pediria até o Hélio compartilhe essa pesquisa
1426 que vocês fizeram aí com os municípios sobre especificamente a questão da
1427 educação ambiental.

1428

1429

1430 **O SR. HÉLIO VANDERLEI COELHO FILHO (Anamma Nacional)** – Hélio
1431 Vanderlei, Anamma. Eu acho Domingos que o que você colocou é sensato,
1432 mas a prática é completamente distante da realidade dos municípios.
1433 Independente da crise que a gente tenha vivido ou estejamos vivendo assim, a
1434 educação ambiental ou os Fundos municipais de meio ambiente recebem
1435 poucos recursos do orçamento. Às vezes algumas taxas ambientais, algumas
1436 doações, mas efetivamente se você pegar um dos mais 5 mil municípios pode
1437 ser que 3% tem um Fundo atuante. Um fundo que recebe do orçamento, um
1438 fundo que recebe das medidas compensatórias, um fundo que tem destinação
1439 bem definida entre restauração florestal, educação ambiental e a política
1440 municipal de resíduos sólidos. Sim eu acho que, eu diria que é uma questão
1441 mais histórica e cultural, porque quando você tem um prefeito que tem uma
1442 visão holística na gestão pública e na visão ambiental ele direciona mais as
1443 coisas, ele integra mais as secretarias na visão da sustentabilidade, acho que a
1444 gente tem um grande defeito que é a falta de visão do gestor público municipal,
1445 na gestão holística da administração pública e da importância das ações de
1446 educação ambiental como instrumento de transformação, por exemplo, esse
1447 edital que você falou do fundo nacional do Fundo casa né, nós na nossa em
1448 cidade não conseguimos entrar, um detalhe, se você não tiver um programa de
1449 gestão integrada de resíduos sólidos pronto e aprovado, você não pode entrar.
1450 Óbvio que Fundo faz o seguinte, se organize, faça o seu dever de casa pra que
1451 você possa concorrer aos recursos públicos, e ele tá correto, ele está correto.
1452 Porque muitos municípios não percebem a importância do programa ok, e aí
1453 termina não executando. Além da precariedade dos municípios da falta de
1454 estrutura técnica, de recursos humanos, se a gente fizer um bom olhar sobre 5
1455 mil municípios cara, é o caos. Com exceção de alguns bem estruturados é o
1456 caos, se a gente for para o interior do Amazonas, interior do Maranhão, interior
1457 até do Rio de Janeiro mesmo já percebe essa fragilidade então a gente pode
1458 discutir a política, a gente pode montar critérios, a gente pode definir aqui
1459 estratégias, mas quando você rebate no município que a mão que vai executar
1460 isso, aí amigo você percebe a fragilidade, mas é óbvio que a gente precisa

1461 construir esse processo, mas entender também como estão os municípios e os
1462 Estados nas suas política de educação ambiental. Como está o Estado do Rio
1463 de Janeiro na sua política de educação ambiental? O que efetivamente tá
1464 implementando? O que tá sendo construindo nas suas escolas estaduais?
1465 Como os estados integram os municípios? Então não é uma questão de crise
1466 sabe Renata é uma questão de visão mesmo. E eu vivo a questão ambiental
1467 no Rio de Janeiro há 30 anos, tanto pelo terceiro setor como no setor público e
1468 aí você percebe as fragilidades e as visões, eu vou citar em exemplo pra gente
1469 encerrar, pra encerrar a minha fala, quando eu cheguei no município agora em
1470 Janeiro reestruturando o setor de meio ambiente que eu sou subsecretário, e
1471 trabalho a questão do planejamento ambiental da cidade, a gente se deparou
1472 com um projeto de um ninhão de transmissão de energia do Xingu até Nova
1473 Iguaçu, então você imagina do Xingu a Nova Iguaçu quantas centenas de
1474 cidades nós atravessamos, quantos Estados, e um investimento de 7 milhões
1475 de reais. E aí você vai lá no EIA/RIMA e você começa a ler e entender o
1476 processo e aí quando você vai perguntar sobre educação ambiental tá voltado
1477 pra capacitação dos municípios e dos atores sociais para elaboração de
1478 projetos, beleza, então a consultoria procura o município, procura as ONGs, os
1479 movimentos sociais, faz capacitação, a pessoa aprende a fazer projeto, mas
1480 depois pergunta o projeto vai encaminhar pra onde? Aonde você consegue
1481 encaminhar seus projetos que você vai conseguir os recursos e aí a consultoria
1482 fala “no fundo municipal de meio ambiente, no fundo estadual e no fundo
1483 nacional” dispute pela qualidade do seu produto os poucos recursos que tem.
1484 Bom, são visões, visão do órgão licenciador que é o IBAMA, que durante
1485 muitos anos enfim, viveu com as consultorias fazendo atividades dentro das
1486 escolas de joguinhos e capacitação dos próprios professores e nós chamamos
1487 a empresa para conversar sobre a nossa visão de educação ambiental. A visão
1488 crítica, participativa, e a gente mobilizou a comunidade e discutimos com a
1489 consultoria o seguinte, o que nós queremos para a educação ambiental nessas
1490 comunidades impactadas pelo empreendimento, além daquilo que o IBAMA
1491 definia como as diretrizes para a educação ambiental, então eu diria que é
1492 muito mais o papel do gestor público naquele momento, que é capaz de
1493 chamar a empresa e o órgão licenciador e dizer “olha aqui, a gente quer algo
1494 mais, aqui o território é meu quem licencia é o IBAMA, mas licencia no meu
1495 município e o gestor público somos nós” então isso depende muito do gestor
1496 que está naquele momento e que tem uma visão de educação ambiental de
1497 uma forma transversal e que atua em conjunto com a secretaria de educação
1498 que com educação então a gente tem 130 escolas, diagnosticamos todas elas
1499 para saber sobre a questão de sustentabilidade sobre a questão dos atores
1500 locais dentro da escola que trabalham educação ambiental ou de forma
1501 transversal ou de forma bem aplicada, pra gente poder ter o MAPA de como
1502 iríamos implantar o nosso programa olhando o planeia a e as outras diretrizes
1503 da educação ambiental assim, eu tenho muita preocupação na Anamma agora,
1504 sou diretor de educação ambiental, primeiro em ter esse diagnóstico e entender
1505 mesmo de verdade o que lá na ponta do Maranhão está acontecendo naquela
1506 cidadezinha que é associada, mas que às vezes falta o que? Informação. Ok,
1507 então Anamma manda informação, Anamma vai lá pra fazer uma capacitação,
1508 a Anamma dar as diretrizes, dar os pontos específicos para a captação, orienta
1509 como captar inclusive a iniciativa privada no seu entorno, ou seja, no olhar

1510 apenas pro orçamento do município, um olhar para as empresas que estão
1511 dentro daquele território e falar de gestão de território sustentável onde a
1512 educação ambiental é um braço importante, são visões ok? Que eu estou
1513 colocando para vocês da nova diretoria da Anamma Nacional.

1514

1515

1516 **A SR^a. JANE FÁTIMA FONTENELES FONTANA (MEC)** – Ok. Obrigada Hélio
1517 pela contribuição. Domingos. Você vai entregar a publicação? (*Risos!*) Você
1518 quer falar alguma coisa Renata sobre essa publicação? Tem aí o mapeamento
1519 né, uma identificação de possíveis fontes, algo mais que você queira
1520 acrescentar?

1521

1522

1523 **A SR^a. RENATA ROZENDO MARANHÃO (MMA)** – Essa publicação ela foi
1524 feita por meio de uma pesquisa, onde a gente começou a estudar quais eram
1525 as fontes dos recursos nacionais e internacionais, fundos, dentre outras, e
1526 identificar né possibilidades de apoio de educação ambiental e também tentar
1527 sistematizar em um quadro né quais são os fundos, as fontes, que projetos eles
1528 apoiam, quais são os valores, que forma pode ser acessado? Então, ela
1529 buscou identificar aí alternativas pra suprir esse problema já identificado de
1530 falta de recursos para ações de educação ambiental, que também já contribui
1531 também com essa limitação aí, essa fragilidade na execução dessas ações de
1532 educação ambiental.

1533

1534

1535 **O SR. DOMINGOS AILTON RIBEIRO DE CARVALHO (GERC)** – Deixa eu
1536 fazer uma... Domingos Ailton, GERC. Uma pergunta em relação, hoje são
1537 destinados vários recursos para a área de educação, principalmente pra
1538 educação básica então, e temos do Ministério da Educação o que é destinado
1539 dentro desse recursos para a educação ambiental?

1540

1541

1542 **A SR^a. JANE FÁTIMA FONTENELES FONTANA (MEC)** – Então Domingos,
1543 no orçamento de 2017, o que a gente tem previsto para a educação ambiental
1544 são as ações da conferência que é um ponto que vou apresentar daqui a pouco
1545 né, mas eu não sei te dizer, eu não tenho propriedade sobre toda a destinação
1546 de recursos pra educação. Nesse momento eu não tenho essa resposta pra ti.
1547 Nós tivemos pra educação ambiental no MEC, destinação de recursos para
1548 formação continuada de professores, para projetos das escolas pelo PDDE
1549 escolas sustentáveis e pra ação da conferência que recentemente né nos
1550 últimos três anos esse eram as ações assim que a gente tinha o maior aporte
1551 de recurso. Só pro PDDE, pras 14 mil escolas que foram contempladas com o
1552 recurso, foram destinadas 140 milhões de reais, do orçamento de MEC. Mas,
1553 no orçamento de 2016 e de 2017, nós tivemos cortes desde a restrição toda
1554 orçamentária não foi mais destinada recursos para essas ações. E agora nesse
1555 momento até todo o atraso do calendário da conferência foi em função de
1556 restrição orçamentária. Então, a política de formação continuada durante e
1557 desde o ano de 2016 ela vem sendo alterada, ela teve uma reformulação, foi
1558 apresentada recentemente pelo ministro, mas não mais no formato que a gente

1559 vinha desenvolvendo até 2014. Tivemos diversos cortes na ação, que é uma
1560 ação orçamentária que a gente repassava o recurso para as universidades
1561 federais ofertarem os cursos, e o desenho atual é que os cursos a distância
1562 que vinham sendo ofertados com tutoria, que eles sejam ofertados no formato
1563 auto instrucional, então sem tutoria porque a tutoria é uma ação que... Muito
1564 onerosa o pagamento das bolsas. Tivemos algumas auditorias, tivemos aí
1565 algumas questões que provocaram à secretaria executiva do ministério a
1566 reformular essa política, então também não acompanhei muito de perto por
1567 conta da nossa transição administrativa isso ficou bem mais centralizado na
1568 secretária executiva e na diretoria de formação continuada da secretária de
1569 educação básica, não acompanhei de perto esse processo, mas tivemos cortes
1570 nos últimos três anos aí das ações da educação ambiental. Então, esse é um
1571 desafio colocado para nós que esse ano com a mudança na estrutura
1572 administrativa, saímos da SECADI e viemos para secretária de educação
1573 básica, chegamos na secretaria de educação básica sem previsão
1574 orçamentária para este ano. O pouco de orçamento que a gente tinha tava lá
1575 no orçamento da SECADI. Durante esse ano de 2017 fizemos vários diálogos
1576 com a SECADI pra garantir a realização dessa ação que envolve uma
1577 articulação com os Estados, com os municípios e com as escolas e estamos
1578 ainda nesse processo. Então, buscar recursos ainda para as ações que a gente
1579 precisa para implementar a política nesse é um desafio pra educação
1580 ambiental ter esse espaço ainda conquistado dentro do Ministério da
1581 Educação. Eu não sei se eu até respondi. Então gente o nosso último ponto eu
1582 quero compartilhar com vocês o informe sobre a conferência. Então, ainda não
1583 temos a publicação da portaria com o regulamento nacional. Mas, já tivemos
1584 alguns caminhos percorridos nesse semestre né, em diálogo aqui com o
1585 departamento de educação ambiental e com o Ministério do Meio Ambiente, a
1586 escolha do tema foi realizada no encontro das comissões estaduais
1587 interinstitucionais de educação ambiental que nós fizemos em novembro do
1588 ano passado, nós definimos naquele encontro junto com a secretaria de
1589 educação e de meio ambiente que estavam presentes que o tema Água era um
1590 tema pertinente pra gente trabalhar projetos nas escolas, temos a realização do
1591 oitavo fórum mundial da água em março do ano que vem aqui em Brasília, não
1592 só por Brasília pelo Brasil sediar esse fórum com todas as questões que ele
1593 traz, com todas as complexidades envolvidas, mas a gente acha que essa
1594 oportunidade de ter representantes mundiais e diversos interesses, envolvidos
1595 com a questão da água sendo discutidos, a gente acha que é oportuno sim a
1596 escola também falar sobre isso, quais são esses interesses? Quais são todas
1597 essas relações que envolvem a questão da água pra gente garantir
1598 sustentabilidade de vida no planeta. Então, nossa intenção inicial primeiro o
1599 calendário previsto nosso era que a etapa final da conferência fosse em março
1600 e a gente pretendia que os estudantes participassem da abertura do fórum com
1601 a exposição dos seus projetos. Não conseguimos viabilizar esse calendário
1602 então, fizemos um ajuste nesse último mês, analisando todas as nossas
1603 condições de manter a conferência como uma ação de política pública que a
1604 gente considera valiosa, pertinente da gente manter, da gente assegurar, a
1605 gente considera que é uma ação que mobiliza a escola, que traz a questão
1606 ambiental pro centro da discussão da escola então, órgãos gestores junto com
1607 a secretario de educação decidimos então manter, nesse momento a portaria

1608 está sob análise da consultoria jurídica do Ministério da Educação, em seguida
1609 vem pro Ministério do Meio Ambiente porque ela é interministerial assinada
1610 pelos dois Ministros. Então, o site, o portal ainda não está aberto, estamos
1611 pretendendo abri-lo na próxima semana, contanto que a portaria seja logo
1612 publicada, mas porque já temos escolas que já fizeram a conferência. E
1613 querem fazer o registro. Então, a gente pretende abrir o site mantendo lá na
1614 parte do regulamento que em breve tão logo a portaria seja assinada a gente
1615 disponibilize. Então eu vou passar rapidamente alguns slides para compartilhar
1616 com vocês o está sendo pensado pra essa edição da conferência. Então, a
1617 conferência ela é um processo de mobilização das escolas, pra estudar um
1618 determinado tema, pra problematizar a sua questão, a sua realidade
1619 socioambiental, e pra elaborar projeto. Na edição passada nós tínhamos o
1620 aporte de recurso planejado né, tínhamos um recurso lá que era pra ser
1621 destinado para a educação ambiental nas escolas e nós conciliamos a
1622 conferência com esse repasse. Nesse momento... Eu tô achando que esse
1623 microfone aqui parou, mas vamos lá. Nesse momento nós não temos essa
1624 garantia, então a pergunta que sempre chega pra gente é: o projeto vai receber
1625 recurso? Nesse momento não temos essa garantia então, não podemos
1626 assegurar isso, mesmo assim não deixamos de estimular que as escolas
1627 formulem projetos, porque uma questão que a gente também acredita é que
1628 quando a escola a mesma questão o que o Hélio trouxe sobre o plano
1629 integrado de gestão de resíduos. Plano de gestão integrado de resíduos.
1630 Aportar recursos pra escola de forma não... Que a escola não esteja
1631 organizada ou prevendo alguma destinação também muitas vezes chega lá pra
1632 onde vai esse recurso? Então a gente estimula que a escola faça um projeto,
1633 faça, tenha um diagnóstico da sua realidade socioambiental, eleja uma questão
1634 que ela considera relevante e faça um projeto. E a gente vai ter esse projeto
1635 num banco de dados, numa base de dados. Então, o nosso pensamento é
1636 estimular também a secretaria de educação, a secretária de meio ambiente, os
1637 fundos existentes pra olharem pra esses projetos, pensar de que forma a gente
1638 pode então buscar parcerias pras escolas, pra esses projetos, caso no
1639 orçamento do Ministério da Educação a gente não consiga garantir isso.
1640 Próximo, por favor. Esse é um breve histórico das 4 edições que já foram
1641 realizadas da conferencia, não sei até que ponto vocês já participaram desse
1642 processo, eu particularmente só participei da última que foi em 2013, foi uma
1643 experiência muito rica e muito edificante e pra cada edição tivemos um tema
1644 diferente, e a primeira, a única edição que nós tivemos destinação de recursos
1645 pros projetos das escolas foi na de 2013, que a gente tinha já em mente a
1646 questão do PDDE escolas sustentáveis. Mantivemos a metodologia que vinha
1647 sendo desenvolvida nas 4 edições. Então, a etapa mais importante que a gente
1648 considera é a conferência acontecer na escola. A escola estuda o tema, os
1649 estudantes elaboram projetos e na conferencia na escola, a escola faz uma
1650 socialização, uma apresentação dos diversos projetos e escolhe um projeto.
1651 Esse projeto escolhido é o que ela vai registrar na plataforma do MEC, como
1652 sendo o projeto da escola e ali a gente tem também o olhar da escola sobre
1653 como foi esse processo. Depois o MEC apresenta esses projetos pras
1654 secretarias estaduais que constroem o seu regulamento Estadual e define os
1655 critérios de participação na etapa estadual, os municípios e Estados também
1656 que conseguem que têm recursos e conseguem realizar a etapa municipal ou

1657 regional a gente coloca como uma etapa opcional, porque aí depende da
1658 condição financeira de realizar essa etapa né. Pra etapa estadual o MEC
1659 repassa um apoio, uma contribuição que não é suficiente pra tudo que o
1660 Estado precisa realizar, mas tem o repasse do MEC pra apoiar essa etapa e
1661 também para custear o deslocamento da delegação Estadual pra etapa
1662 Nacional. Então, na etapa Nacional as escolas que participam escolhem o
1663 projeto do Estado, um único projeto e a aí a gente tem os 27 projetos estaduais
1664 escolhidos, escolhe a delegação, e na etapa Nacional a gente traz os
1665 estudantes pra um momento em que eles participem de alguns processos
1666 formativos, palestras, oficinas e diversas atividades formativas que eles
1667 recebem na etapa Nacional. O recorte continuou sendo as escolas de ensino
1668 fundamental anos finais e pra delegação, pra etapa Nacional a gente também
1669 manteve a faixa etária de 11 a 14 anos. Tem aí o histórico de justificativa pra
1670 que gente mantivesse essas regras. Próximo. Aqui, foi a composição das
1671 delegações estaduais, que estão nesse regulamento que está sendo apreciado
1672 pela consultoria jurídica, a gente fez um recorte pelo senso escolar de 2016,
1673 para os Estados a quantidade de escolas de ensino fundamental ano finais por
1674 Estado. E nessa delegação estadual, ali onde tem 13 estudantes a gente 13,
1675 15, 17, 19 estudantes, nessa composição a gente no regulamento estabelece
1676 que três vagas sejam garantidas para os estudantes indígenas, quilombolas e
1677 de escolas de assentamento, pra garantir essa diversidade também e pra
1678 incluir esses estudantes que tenham essa dificuldade de acesso a diversos
1679 benefícios aí das políticas públicas. Também queremos manter a participação
1680 dos professores então o professor do projeto e do Estado escolhido na etapa
1681 Estadual a gente quer que esse professor venha e participe da etapa Nacional,
1682 porque ele também recebe algumas atividades que a gente considera formativa
1683 e trocas de experiências, e o os acompanhantes adultos, com isso a gente tá
1684 considerando que na etapa Nacional a gente tenha essa participação de 585
1685 representantes dos Estados, entre estudantes e adultos. Esse pode passar. É o
1686 mesmo quadro só que a gente coloca ali o acompanhante indígena pros
1687 Estados que trouxerem os estudante indígena, ele tem direito a um
1688 acompanhante. E o calendário previsto atual nesse momento, caso ele não
1689 mude (*Risos!*), é esse né. A gente tá... As escolas né. Então, estendendo pra...
1690 Aonde? 15 a 19 de... Na verdade, eu tenho que alterar esse slide pra excluir
1691 essa coluna do meio aí, que a ela confunde né. Ignorem a coluna do meio
1692 porque era o calendário anterior e a gente não conseguiu cumprir. Então, o
1693 calendário previsto é que as escolas tenham até o dia 31 de março pra fazer a
1694 etapa local, os Estados terão até 9 de maio pra fazer a etapa estadual, e a
1695 etapa Nacional em Brasília de 15 a 19 de junho e estamos considerando, ainda
1696 estamos discutindo essa programação, essa metodologia não tá definida ainda,
1697 mas possivelmente que a gente tenha três dias de atividade sendo dois dias de
1698 deslocamento, um de chegada, um de saída e três de atividades, mas ainda
1699 estamos discutindo isso. Acho que esse é o ultimo slide então, por enquanto é
1700 o que eu queria compartilhar com vocês e o pedido... Muitos Estados já tão
1701 bastante organizados, mobilizados, já temos escolas que já tem um município
1702 no Ceará que todas as escolas já fizeram a conferência então por isso que a
1703 gente quer abrir o site semana que vem, pras escolas registrarem, a gente
1704 considera que é uma importante ação pra mostrar o que as escolas fazem pra
1705 estimular a interdisciplinaridade, o diálogo na escola, o diálogo intergeracional

1706 né, a gente considera que a conferencia ela tem... Ela é um pretexto pra gente
1707 desenvolver diversas ações, trazer a questão socioambiental pro diálogo na
1708 escola. Então, se alguém... Eu abro a palavra pra manifestação de vocês. E
1709 encaminhamos pro encerramento da nossa reunião.

1710

1711

1712 **O SR. DOMINGOS AILTON RIBEIRO DE CARVALHO (GERC)** – Domingos
1713 Ailton, GERC. O Ministério já fez algum documento orientando as escolas
1714 como proceder nessa organização em relação a essa temática da Água?

1715

1716

1717 **A SR^a. JANE FÁTIMA FONTENELES FONTANA (MEC)** – Então, essa
1718 semana nós estamos redigindo um ofício pra cada secretário estadual de
1719 educação, o que tá... Esse ofício não tá pronto porque ele não vai ser um ofício
1720 circular, em cada Estado a gente tá analisando como é que está a questão dos
1721 recursos, porque é diferente pra cada Estado. Tem Estado que tem saldo lá da
1722 sub ação do par e tá reprogramando esse saldo pra realizar a conferência. Tem
1723 Estado que não tem saldo nenhum. O Rio é um, que não tem saldo, e aí a
1724 gente tem feito diversas análises né, diversas... Pensando algumas estratégias,
1725 como que a gente pode apoiar os Estados, temos 3 Estados que não têm saldo
1726 nenhum. Tem mais 2 que a gente não pode repassar via par então tem várias
1727 situações administrativas que dificultaram a gente viabilizar todo o processo até
1728 esse momento, e aí a gente tá fazendo esse ofício pros secretários estaduais,
1729 alguns estados já fizeram a solicitação de reprogramação, temos estados que
1730 já foram aprovado pelo FNDE que o recurso já tá disponível eu acho que Mato
1731 Grosso do Sul, não me lembro de cabeça agora, mas tem Estado assim que já
1732 veio, já fizemos o parecer de mérito, o FNDE já liberou e o recurso já tá
1733 disponível. Os outros Estados às ações tão em andamento porque a gente
1734 tinha em paralelo a conferência escolar indígena. Então esse também foi um
1735 outro dificultador com a questão dos recursos nos Estados, porque como a
1736 conferencia indígena já estava acontecendo o FNDE priorizou tudo que
1737 precisava ser providenciado pra secretaria de educação em relação a essa
1738 conferencia, que a Nacional já vai ser agora em novembro. Então a nossa
1739 como a gente ainda não tinha a portaria publicada como a gente ainda tava no
1740 processo de planejamento demorou um pouco mais pro FNDE atender as
1741 análises, mas estão em andamento. Para as escolas né então abrindo o site na
1742 próxima semana a gente pensa também em mandar um e-mail, um (...) que o
1743 Ministério tem diretamente pros diretores de escola a gente vai mandar esse
1744 comunicado pras escolas via e-mail, e tão logo a portaria seja publicada aí a
1745 gente também vai disponibilizar no portal do MEC um chamado e
1746 possivelmente um vete de meio minuto pra TV aberta, a gente tá vendo aí que
1747 possibilidades de comunicação a gente tem pra mobilizar as escolas. Agora,
1748 nos Estados que já têm uma tradição de realizar conferência, isso assim já me
1749 surpreendeu a capacidade de comunicação e de mobilização que alguns
1750 Estados têm. Nós tivemos uma atividade em Santa Catarina que a gente fez
1751 um banner em alguns eventos que a gente tá participando a gente tá
1752 sensibilizando, comunicando a realização da conferencia então as escolas que
1753 conhecem o processo né, quando um gestor ver aí a gente se pergunta, muitas
1754 vezes pode ser que a escola está associando possivelmente a um repasse de

1755 recurso né, e aí a gente tem que ter esse cuidado nesse momento a gente não
1756 tem a garantia de repasse de recurso. Mas a gente acredita nas parcerias que
1757 possam ser articuladas posteriormente pra que as escolas consigam realizar
1758 seus projetos. Então um exemplo que eu quero compartilhar com vocês, nós
1759 tivemos uma demora no repasse do recurso do PDDE de 2013, 2014 e quando
1760 a gente fez esse repasse em outubro do ano passado eu recebi contatos de
1761 escola que disseram “olha o recurso demorou a chegar e nós já fizemos o
1762 projeto porque a gente conseguiu parcerias” as escolas especificamente
1763 queriam construir um espaço com a técnica da bio construção que fosse um
1764 espaço multiuso e para a com vida da escola, que é comissão de meio
1765 ambiente e qualidade de vida. Então eles queriam construir esse espaço junto
1766 com os estudantes pra que a com vida desenvolvessem suas agendas. E a
1767 escola tinha realizado essa construção mobilizando parcerias então eles
1768 atualizaram o plano de ação deles pra poder usar o recurso que chegou
1769 potencializando lá os projetos da própria com vida da escola. Então Domingos,
1770 a gente quer fazer esse comunicado pras escolas inicialmente via e-mail dos
1771 diretores, e torcendo pra que o quanto antes a portaria seja publicada pra que a
1772 gente possa fazer a mobilização de comunicação mais abrangente está bem?
1773

1774

1775 **O SR. HÉLIO VANDERLEI COELHO FILHO (Anamma Nacional)** – Uma
1776 observação. Hélio Vanderlei, Anamma. Você falou que o Estado do Ceará
1777 todas as escolas já fizeram... Ah um municipalizo do Ceará. Ok.

1778

1779

1780 **A SR^a. JANE FÁTIMA FONTENELES FONTANA (MEC)** – Todas ainda não,
1781 porque o desafio é bem grande lá, mas eles estão bem mobilizados, eles
1782 fizeram reunião com a Undime né, uma das reuniões da Undime estadual eles
1783 se articularam com os secretários municipais, e essa é uma estratégia que é
1784 bem interessante. Outros Estados também adotaram essa estratégia, de
1785 conversar com os secretários via Undime, e a gente certamente esse mês na
1786 segunda quinzena vai ter uma reunião do Consed outro da Undime aqui em
1787 Brasília a gente vai também dialogar com os secretários nesses ambientes né,
1788 e o convite é pra que a gente... O Sesc também, muito bem vindo na parceria
1789 né, tivemos aí experiências bem interessantes né de parcerias então é isso... O
1790 convite pra que a gente possa reacender essa chama da educação ambiental
1791 nas escolas por meio da conferência, a conferência é só um meio né, e a partir
1792 dela a gente desenvolve outras articulações e aí parcerias que fortalecem a
1793 educação ambiental na escola tá? Gente, alguma outra consideração? Pela
1794 nossa pauta João Luiz. Então, eu quero agradecer presença de todos. E
1795 ficamos aqui com algumas tarefas pra junto com o DCONAMA compartilhar
1796 com vocês aí esses documentos e aí a gente combina como órgão gestor
1797 alguns outros momento que a gente possa dialogar e pensar em
1798 encaminhamentos pra que a gente venha a apresentar pro CONAMA. Eu acho
1799 que os temas que o Domingos traz né, eu acho que gente precisa olhar pra
1800 isso, eu também sinto falta da educação ambiental com a questão da logística
1801 reversa, eu sinto falta da gente pensar algo sobre isso. Eu não sei como, não
1802 sei se precisa ser um normativo, mas eu sinto falta da gente ainda cuidar dessa
1803 informação, desse esclarecimento junto à população né.

1804

1805

1806 **O SR. MÁRIO HENRIQUES SALADINI (CNC)** – O Sesc particularmente tem
1807 muito... Sesc não, o comércio tem muito interesse em participar dessas
1808 discussões porque a gente já tá participando dos acordos setoriais para a
1809 logística reversa. Mas só, na verdade, sem uma abordagem a partir da
1810 educação ambiental. Eu acho que trazer essa dimensão para as discussões e
1811 que isso possa também ser discutido nos grupos técnicos de meio ambiente
1812 que a gente tem em todo o sistema comércio, eu acho que seria muito
1813 interessante e oportuno pra gente que pode contribuir, potencializar por meio
1814 dos nossas unidades, seja do Senac, seja do Sesc né pra ter uma logística
1815 reversa que as pessoas compreendam qual o papel dela nessa cadeia toda né,
1816 e a importância de se fazer de fato, de contribuir pra logística .

1817

1818

1819 **O SR. DOMINGOS AILTON RIBEIRO DE CARVALHO (GERC)** – Domingos
1820 Ailton, GERC. Eu sou também consultor do Sebrae para a área de
1821 sustentabilidade. E fiz uma palestra para empresários em Irecê, município do
1822 interior da Bahia, e vi a necessidade né, os empresários eles têm, inclusive
1823 esses empresários que for público alvo da palestra, ele se mostraram
1824 interessados inclusive exatamente ver como contribuir, foi aí inclusive a ideia
1825 que eu tive naquele momento em pensar em formular uma proposta e vamos
1826 encaminhar, vamos trabalhar nesse sentido voltado para a questão da logística
1827 reversa. Então, eu acho que a gente tem muito trabalho aí pela frente não é? E
1828 eu gostaria já nas considerações finais já de agradecer e dizer que agradecer
1829 inclusive Renata que se empenhou bastante para que essa Câmara Técnica de
1830 educação ambiental retornasse não é? Eu acho que a gente demandou e
1831 ficamos aí cobrando várias vezes junto ao Ministério encaminhamos
1832 documentos para o Ministro não é? Fizemos uma articulação com o secretário
1833 Edson Duarte com o Diretor Ivanilson Gomes, até que conseguimos que
1834 efetivamente uma Câmara tão importante como essa, como de educação
1835 ambiental que a gente passe a se reunir, formular porque há uma demanda
1836 muito grande não é? Em relação a educação ambiental e eu acho que a gente
1837 pode contribuir. Eu acredito inclusive que se for possível a gente poderia até se
1838 comunicar mais né, formar um grupo no Whatsapp ou através de e-mail, que a
1839 gente pudesse tá trocando essas informações. Eu me comprometo, inclusive a
1840 encaminhar para vocês antes de qualquer outra reunião e momento que a
1841 gente for encaminhar para o CONAMA também encaminhar para vocês, uma
1842 proposta inicial em relação à questão de Resolução para ouvir a opinião de
1843 vocês e que a gente possa em conjunto coletivamente construir uma política de
1844 educação ambiental para o país.

1845

1846

1847 **A SR^a. JANE FÁTIMA FONTENELES FONTANA (MEC)** – Uma outra coisa
1848 que me ocorre ouvindo vocês é quando Hélio traz toda essa... A gente sabe de
1849 muitas dificuldades, fragilidades e até técnicas, às vezes, de equipe dos
1850 municípios né, e das exigências legais de formulação dos seus planos nas
1851 diversas políticas. Então, uma coisa que de repente também a gente pode
1852 pensar e amadurecer é alguma contribuição que a Câmara e que o CONAMA

1853 possa fazer aos municípios é sobre como contemplar a educação ambiental
1854 nesses planos, nos planos de resíduos, de saneamento, de recurso hídricos,
1855 dos comitês de bacia de uma forma assim bem mais propositiva, não apenas
1856 da gente normatizar que precise contemplar, mas o como. Talvez a gente
1857 possa contribuir com esse como também não no sentido de ultrapassar o
1858 nosso limite de competência, mas no sentido de contribuir com os municípios
1859 que muitas vezes pode ter uma linha lá no seu plano dizendo que vai efetivar,
1860 vai realizar a educação ambiental, mas, às vezes, fica frágil quando a gente
1861 não tem uma orientação mais clara, mais definida sobre como esse processo
1862 pode contribuir com a própria política e como ele pode ser realizado de uma
1863 forma mais integrada, mais efetiva, mais dinâmica mesmo. Então...

1864
1865

1866 **O SR. HÉLIO VANDERLEI COELHO FILHO (Anamma Nacional)** – Bom, já
1867 que você provocou (*Risos!*). Hélio Vanderlei, Anamma. Não, isso me preocupa
1868 muito também, porque quando a gente criou auditoria de educação ambiental
1869 na Anamma, é uma coisa recente, foi na última eleição agora em Campinas né,
1870 o Rogério nosso presidente entendeu a importância da educação ambiental na
1871 Anamma e olhando pra dentro das nossas próprias casas quando a gente tá
1872 fazendo o nosso plano (...) que a empresa municipal a empresa pública né, o
1873 (...) que cuida disso, não tinha uma linha de educação ambiental, pra quem faz
1874 limpeza, varrição, capina, (...) e depois destinação pra aterro sanitário não tá
1875 muito preocupado nem com a coleta seletiva as vezes nem com a educação
1876 ambiental, ou seja, uma linha estruturante que a educação ambiental pra
1877 reduzir volume, pra discutir a logística reversa, pra construir a política de
1878 resíduos sólidos sem a educação ambiental é só coletar, transportar e enterrar.
1879 É isso que acontece na maioria dos municípios, e aí acho que o Rogério a
1880 gente tá discutindo isso, acho que ele vai encaminhar isso pras associadas ok?
1881 Pra avaliar os planos e ver nos planos onde está o debate ambiental ou a
1882 política de meio ambiente, inclusive se os municípios têm a sua política
1883 municipal de educação ambiental até pra que ela não possa construir com
1884 esses municípios ok? Procedimentos, visitar e fazer Workshop, ajudar os
1885 municípios que não tem uma grande estrutura a construir o debate e o produto,
1886 acho que a Anamma mudou, a Anamma vem um novo momento agora, o
1887 Rogério secretário do meio ambiente de Campinas, um cara muito ativo, em
1888 minas, por exemplo, não tinha Anamma estadual, estamos agora com Anamma
1889 estadual, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, enfim, Anamma se reestruturou e
1890 vem realmente pra fortalecer a política de meio ambiente dos municípios e aí o
1891 meu papel é viajar esse País afora e dizer é possível sim fazer educação
1892 ambiental, tem diretrizes, tem legislação, mas também tem estratégia de
1893 captação de recursos, porque foi o que o Domingos falou, pode ter mil boas
1894 intenções, mas e os recursos pra poder fazer? E não é só recursos financeiro,
1895 às vezes, é com recursos de gestão, de visão porque às vezes o parceiro está
1896 em volta da escola e a diretora não consegue perceber e o secretário não visita
1897 nem as empresas pra saber se as empresas tão fazendo logística reversa
1898 efetivamente. Então assim o Estado distante do setor produtivo, setor produtivo
1899 distante do setor educacional, e só pra encerrar eu conversava com uma
1900 grande empresa da minha cidade e que tem 600 funcionários que é (...)
1901 francesa e eu dizia olha dos 600 trabalhadores aqui desse bairro, a gente tem

1902 pelo menos 400 pais que tem crianças em escolas públicas, que tá formando
1903 futuro trabalhador, e vocês não tem menor diálogo com a escola. Então, como
1904 a gente pode embelezar a escola de uma forma não figurativa, mas pedagógica
1905 e ser uma escola sustentável, então a gente tá desafiando a (...) a construir
1906 uma escola sustentável ok? Com a pedagogia diferente pra ser uma referência
1907 na nossa cidade, isso o cara disse “ninguém me fez essa proposta”, pela
1908 primeira vez alguém bateu nessa porta e entrou com a proposta clara de uma
1909 escola sustentável. Eu acho que esses são alguns paradigmas que nós temos
1910 que trabalhar nos municípios pra construir um município educador com a visão
1911 de sustentabilidade, então educação para a sustentabilidade né. E só pra
1912 encerrar de verdade, em Nova Iguaçu a gente tem uma ONG que um centro de
1913 educação ambiental há 17 anos, um prédio de 600m² com infraestrutura que é
1914 sala verde, tem o seu próprio ônibus e que já transportou mais de 150 mil
1915 jovens de 17 anos, ou seja, algo realmente surpreendente que um CEIA,
1916 privado, se constituiu muito mais estruturante do que as políticas públicas do
1917 município naquele território. Então são experiências muito interessantes que aí
1918 é legal quando um secretário nos visita pode ver o que é a política pública, mas
1919 também o que é o terceiro setor se organizando e dizendo se o município não
1920 faz o terceiro setor faz e faz bem feito também.

1921

1922

1923 **A SR^a. VALDINETE PAES SILVA DE JESUS (Semarh/SE)** – Provocou.
1924 (*Risos!*) Valdinete, Governo de Sergipe. Assim, fazer uma reflexão dentro do
1925 que você falou né, da importância da educação ambiental para o cumprimento
1926 de política nacional de resíduos sólidos e para a execução dos planos de
1927 resíduos sólidos. Esse trabalho de educação ambiental ele é primordial, ele é
1928 importante e ele deve ser levado, ele deve ser considerado acima do que tá
1929 sendo. Quando você falou existe a preocupação só de coletar e destinar. Como
1930 é importante esse trabalho de educação ambiental porque se a comunidade
1931 não está preparada e não está educada para fazer a sua separação em casa,
1932 ele não vai ter o resíduo para coletar e, portanto, vai estancar todo o processo.
1933 Então, eu acredito... Eu tenho essa experiência com relação à política nacional
1934 de resíduos sólidos né, porque nós temos os planos elaborados, o plano
1935 estadual de resíduos elaborados, os planos intermunicipais de resíduos
1936 elaborados, as agendas, mas a preocupação maior é que com relação às
1937 ações e a educação ambiental estão lá nos planos projetos que podem ser
1938 adaptados, que podem ser observados e não é levado em consideração, a
1939 preocupação só é com coleta e destinação, e se não tiver educação ambiental
1940 não vai haver nem coleta, então todo processo...

1941

1942

1943 **A SR^a. RENATA ROZENDO MARANHÃO (MMA)** – O meu é rápido, assim é
1944 só falar aqui que eu tô muito feliz com a representação dessa Câmara Técnica
1945 de educação ambiental, acho que nós do Ministério do Meio Ambiente ter uma
1946 Câmara Técnica com essa representatividade né, com a atuação de cada um

1947 nas suas respectivas instituições mostra o potencial dessa Câmara, aqui a
1948 gente já mencionou diversos temas possíveis de resoluções, então ela não se
1949 reunia não era por falta de tema, mas é por falta de proposição de temas, então
1950 eu espero que a gente consiga estabelecer essa rede de conversas pra pensar
1951 em temas e propor efetivamente né as resoluções pra que a gente consiga aí
1952 regulamentar mais as ações e potencializar mais as ações de educação
1953 ambiental nas políticas públicas né, a exemplo de resíduos sólidos tem
1954 diversas outras aí que demandam educação ambiental como algo estruturante
1955 e essencial pra viabilizar o resultado dessas políticas, então é isso.

1956

1957

1958 **A SR^a. JANE FÁTIMA FONTENELES FONTANA (MEC)** – Com isso então, eu
1959 quero agradecer mais uma vez a presença de todo mundo e encerrar a nossa
1960 reunião, pra quem tiver disponibilidade de tempo podemos conversar um pouco
1961 mais aqui informalmente, mas quero encerrar a reunião pra gente também
1962 reorganizar as agendas. Está bem? Obrigada. Boa tarde pra todos.